



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 004

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 004

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 15

Projetos de Lei 19

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 23

Dep. Professor Lemos 24

Dep. Artagão Júnior 25

Dep. Cezar Halum - Pres. da

UNALE 26

Sr. Orlando Pessuti - Vice-

Governador do Estado 27

Dep. Antonio Belinati 29

Dep. Tadeu Veneri 30

Dep. Luiz Eduardo Cheida 31

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 32

Dep. Douglas Fabrício 33

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 29

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 35

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 36

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

Redação Final 40

3ª Discussão 41

2ª Discussão 41

1ª Discussão 41

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 43

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça 43

DIÁRIO Nº 004

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Durval Amaral, Fernando Scanavaca, Geraldo Cartário, Pedro Ivo e Reni Pereira (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Duílio Genari (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 428/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 037/09-GS-SEEC, da Secretaria de Estado da Cultura, acerca da Indicação Legislativa nº 880, de autoria do Deputado Teruo Kato. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 429/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 036/09-GS-SEEC, da Secretaria de Estado da Cultura, acerca da Indicação Legislativa nº 930, de autoria do Deputado Dr. Batista. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 431/09, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº GS/0077/09, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, acerca da Indicação Legislativa nº 762, de autoria do Deputado Elton Welter. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 009/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Segurança Pública a aquisição de um novo veículo para transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal - IML no Município de Paranavaí.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Segurança Pública:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares,

REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública que determinem a compra de um novo veículo para transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal de Paranavaí, pela razão que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os índices de criminalidade em Paranavaí e seu entorno regional. Assaltos, roubos à mão armada, furtos, etc. passaram a fazer parte do dia a dia de uma população até então acostumada a deixar as portas das casas abertas, tamanha a segurança e paz em que viviam.

Em face disso, mister se faz não só reforçar o policiamento da região - meta que o Governo do Paraná está cumprindo, mas também aparelhar a ação policial e investigativa com o corpo técnico necessário para amparar o trabalho realizado pelas corporações policiais.

Nesse sentido, torna-se indispensável à aquisição de um novo veículo para transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal de Paranavaí. Com efeito, só essa medida possibilitará o atendimento das ocorrências em Paranavaí e região de modo satisfatório, uma vez que o único rabecão de que dispõe o IML desse Município já tem mais de dez (10) anos de uso e opera, atualmente, em condições precárias.

Certos de contar com o prestimoso apoio do Governo do Estado do Paraná, dirigimos a V. Exas. nossa solicitação.

INDICAÇÃO Nº 010/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria Estadual de Saúde, a criação de um cargo de vigilante na 13ª Regional de Saúde, em Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria Estadual de Saúde, a criação de um cargo público de vigilante na 13ª Regional de Saúde, em Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ao Exmo. Sr. Vereador Carlos Alberto Guimarães, da Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Atualmente há três vigilantes na 13ª Regional de Saúde de Cianorte. Entretanto, este quadro mostra-se insatisfatório para as necessidades desta Seccional, já que dois vigilantes exercem a função no período noturno e o

outro trabalha nos finais de semana. Ocorre que durante o período diurno de funcionamento de órgão, não há nenhum vigilante.

Assim, tendo em vista a necessidade da 13ª Regional de Saúde de manter um vigilante no período diurno, venho através deste projeto indicar à Secretaria da Saúde e ao Governador do Estado a criação de um cargo público de vigilante nesta seccional de saúde.

INDICAÇÃO Nº 011/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Bandeirantes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 012/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Campo Largo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 013/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Campo Magro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Campo Magro.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 014/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Guaraqueçaba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 015/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 016/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Jacarezinho.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Jacarezinho
Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 017/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Mandirituba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 018/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 019/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Pitanga.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 020/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Ponta Grossa.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 021/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Santo Antônio da Platina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 022/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de São José dos Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 023/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 024/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 025/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Santa Mariana.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 026/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Santa Tereza do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santa Tereza do Oeste.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 027/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Sengés.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Sengés.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 028/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Tibagi.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 029/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Tijucas do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 030/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Andirá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Andirá.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 031/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Adrianópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Adrianópolis.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 032/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Antonina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 033/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Roncador.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 034/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 035/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Contenda.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Contenda.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 036/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Cornélio Procopio.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 037/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Doutor Ulysses.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Doutor Ulysses.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 038/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Itambaracá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Itambaracá

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 039/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Guaratuba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 040/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município da Lapa.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município da Lapa.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 041/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Matinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 042/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Mato Rico.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Mato Rico.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 043/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Paranaguá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 044/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Morretes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 045/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 046/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Piraí do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 047/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 048/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Pontal do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Pontal do Paraná.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 049/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Porto Amazonas.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 050/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Quitandinha.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 051/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Ribeirão Claro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 052/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 053/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Barra do Jacaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 054/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Balsa Nova.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 055/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 056/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 057/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Abatiá.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 058/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 059/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Campo do Tenente.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 060/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Campina Grande do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 061/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Cambará.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Cambará.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 062/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 063/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Peabirú.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Peabirú.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 064/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de São Mateus do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 065/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Castro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Castro

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 066/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Cerro Azul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1) que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para conseguirem frequentar às aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO Nº 067/09

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinada ao Município de Alto Paraná uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere as autoridades acima citadas, a destinação ao Município de Alto Paraná, de recursos para a Construção de uma (01) da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item nº 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à administração das políticas de ação e inserção cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Alto Paraná.

Alto Paraná possui uma população de, aproximadamente, 13.379 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido desta parlamentar.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

INDICAÇÃO Nº 068/09

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que sejam pagos aos funcionários de escola não estatutários o adicional noturno e auxílio transporte.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião o pagamento do auxílio transporte e da gratificação de adicional noturno aos funcionários da educação básica da rede pública estadual de ensino, de Regime Não Estatutário.

A Lei Complementar nº 123/08 que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da educação básica da rede pública estadual do Paraná garantiu à categoria o pagamento de auxílio transporte e gratificação de adicional noturno, conforme os artigos 24 e 26, respectivamente, da citada lei, reconhecendo a necessidade e o direito destes benefícios na composição de seus salários. No entanto, sabe-se que grande contingente de funcionários de escola ainda encontra-se sob regime não estatutário devido ao longo período sem realização de concursos públicos, impedindo-os de serem beneficiados pelo PCCV, ainda que suas funções sejam as mesmas.

Considerando o processo de retomada das carreiras públicas pelo atual Governo do Paraná, julgamos imprescindível que se faça justiça com toda a categoria de trabalhadoras e trabalhadores de escola, estendendo-se o pagamento do auxílio transporte e do adicional noturno aos servidores não estatutários, da mesma forma como foram concedidos os benefícios aos professores e professoras que não fazem parte do novo Plano de Carreira do Magistério.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 069/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e ao Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR Sr. Rafael Greca a realização de programa de construção de moradias populares no Município de Jardim Alegre.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR a realização de Programa que vise à construção de moradias populares nos Conjuntos Habitacionais José Pachulski e Jardim Alegre, no Município de Jardim Alegre.

O Município de Jardim Alegre, situado na região conhecida como Centro expandido, cujo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH encontra-se abaixo da média do Estado e dos valores preconizados pelos organismos internacionais que monitoram padrões de qualidade de vida das populações, necessita da intensificação de políticas públicas de atendimento às famílias mais pobres. Com um índice de crescimento populacional bem superior à média do Estado, o Município de Jardim Alegre conta com um déficit habitacional considerável, onde a implementação de programas de construção de moradias populares torna-se imperativa, suprimindo uma necessidade deste Município que não conta com recursos para este fim.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 070/09

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Fazenda seja observada a alíquota de um por cento do IPVA para caminhonetes de carga.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando ao mesmo seja observada a alíquota de um por cento do IPVA para caminhonetes de carga, na forma do que prescreve o item 3.1.1.1 da Instrução SEFA nº 26.

A utilização das caminhonetes por produtores rurais é uma necessidade inerente à atividade econômica que desenvolvem. Nesse momento difícil da economia é inviável para os produtores absorver mais esse aumento.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 071/09

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Planejamento e ao Secretário de Estado da Saúde a implantação de cinco Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado aos Secretários de Estado do Planejamento e da Saúde, solicitando dos mesmos a implantação de cinco Unidades de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Maringá.

Os terrenos já foram selecionados e os dados entregues na Secretaria de Planejamento, atendendo as regiões do Quebec, Pinheiros, Zona Sul, Iguaçu e Iguatemi.

As clínicas foram aprovadas pela 15ª Regional de Saúde, bem como pela bipartite regional.

Essas unidades são essenciais para proporcionar suporte às 64 (sessenta e quatro) equipes da Saúde da Família.

O Município de Maringá vem se destacando em razão dos projetos em favor da saúde e da qualidade de vida dos respectivos municípios. Dessa forma, é importante o investimento em estrutura para permitir melhor atendimento à população.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 072/09

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que reveja a suspensão dos convênios de municipalização total da merenda escolar em diversos municípios paranaenses.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva que sejam refeitos os convênios de municipalização total do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAEE, os quais foram cancelados para o ano letivo de 2009.

A merenda escolar é hoje uma política pública prevista constitucionalmente e amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, através do repasse de recursos do Ministério da Educação advindos do salário educação. No âmbito estadual, o programa é

coordenado pela Diretoria de Administração Escolar da Superintendência de Desenvolvimento Educacional da SEED, e prevê duas formas de atendimento: municipalização total e municipalização parcial.

A municipalização total do programa determina o envio total dos recursos aos municípios para realizar licitações para a compra de gêneros alimentícios para as redes públicas estaduais e municipais, garantindo a presença de alimentos frescos de produção local na merenda escolar, ao passo que na municipalização parcial a coordenação municipal recebe os gêneros alimentícios adquiridos pelo Governo do Estado, armazena e efetua a distribuição dos mesmos às escolas estaduais, conforme guia emitida pela SEED.

Para o ano letivo de 2009, inúmeros convênios de municipalização total foram cancelados pelo SEED, provocando insatisfação das comunidades escolares atingidas devido à ausência de alimentos frescos e de produção local nos cardápios, pois os itens enviados pela SEED não permitem a utilização destes alimentos, sendo substituídos por enlatados e preparados em pó, além de prejudicar a economia local, seja do comércio varejista ou da agricultura familiar.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 073/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de oito ônibus escolares ao Município de Porto Barreiro, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Porto Barreiro na liberação de 08 (oito) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Porto Barreiro, situado na Região Centro Oeste do Paraná, conta com uma população estudantil de aproximadamente 1 mil e 100 alunos, sendo mais da metade da rede estadual de ensino, em grande parte residente na área rural. A aquisição de 08 (oito) ônibus escolares, sendo 05 (cinco) de 42 lugares, 02 (dois) de 31 e um microônibus de 23 lugares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, suprimindo uma necessidade deste município que não conta com recursos para este fim.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 074/09

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Planejamento e ao Secretário de Estado da Saúde a liberação de recursos destinados ao Hospital Municipal de Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à mesa seja oficiado aos Secretários de Estado do Planejamento e da Saúde, solicitando dos mesmos a liberação de recursos destinados ao Hospital Municipal de Maringá contemplados no PAC da Saúde do Paraná e divulgados pelo Governo do Estado no ano de 2008.

Esses recursos são fundamentais não só para os maringenses, mas para os cidadãos da região que utilizam os serviços do Hospital Municipal.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Duílio Genari, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 09 do mês corrente, por compromisso assumido no Município de Cascavel/PR, abertura do Show Rural COOPAVEL.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se digne o Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia promova a instalação de uma Comissão Especial formada por sete Deputados, com prazo de duração de 60 (sessenta) dias para tratar da grave questão da estiagem que assola alguns Municípios paranaenses.

Temos acompanhado pelos dados divulgados pelos órgãos representantes dos agricultores e produtores do Estado e pela imprensa em geral que a estiagem derrubou as previsões da safra de 2009 em nosso Estado.

A safra de grãos do Paraná em 2009 será 6,6% menor que a de 2008. Este é um dos resultados das previsões de safra de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB).

O estudo aponta para a redução da produção em praticamente todos os Estados do País, influência, segundo a CONAB, pela estiagem no sul, pela falta de crédito aos produtores do Centro Oeste e pelo baixo preço dos grãos no mercado.

A produção de grãos no Paraná, que atingiu 30,51 milhões de toneladas em 2008, deverá cair para 28,5 milhões de toneladas neste ano, segundo os números da CONAB. A redução de 6,6% fica acima da média nacional apontada pelo IBGE, que é de 5,9%, numa queda de 145,8 para 137,3 milhões de toneladas.

A lavoura mais afetada no Paraná é a do milho da primeira safra, que tem queda de produção prevista de 27,6%, indo de 9,7 para 7,02 milhões de toneladas. A área plantada nesta safra foi reduzida 7,5% em relação ao plantio passado e foi afetada por uma forte seca, que também afetou a soja. Os produtores da cultura irão colher 5,6% menos que na safra passada, caindo de 11,89 para 11,23 mil toneladas de grãos.

Para 2009 o IBGE estima uma produção de grãos no País de 137,3 milhões de toneladas, volume 5,9% inferior à safra de 2008, que atingiu um total de 145,8 milhões de toneladas. A previsão para o Paraná, que foi atingido pela falta de chuvas, também é de redução na produção estimada inicialmente. Segundo a CONAB, a produção paranaense de grãos, que atingiu um volume de 30,51 milhões de toneladas em 2008, deverá ter uma queda de 6,6% e deverão ser produzidas 28,5 milhões de toneladas na safra 2009.

O feijão também foi afetado pela estiagem, mas por ter área de cultivo aumentada em 31,7% terá aumento de produção de 9,7%. Porém a estimativa de 453 mil e 521 toneladas é 22,1% menor que a estimativa inicial da safra, que era de 581 mil e 886 toneladas.

A cana-de-açúcar não foi atingida pela seca, segundo o IBGE, que também apresentou a estimativa da cultura. O volume de produção estimado é 20% maior que o de 2008. A colheita estimada é de 55,6 milhões de toneladas enquanto que a safra de 2008 resultou em 45,88 milhões de toneladas.

Diante de tão alarmantes dados, requer-se, a formação de uma Comissão Especial Temporária para levantar com exatidão os dados e apontar caminhos que o Legislativo Estadual pode oferecer rumo ao auxílio dos produtores e minimização dos efeitos em nossa economia.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Jocelito Canto, Carlos Simões, Antonio Anibelli, Luiz Accorsi, Tadeu Veneri, Edson Strapasson, Stephanes Júnior, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 144

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, à Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa, que seja

realizada Sessão Solene comemorava aos 316 anos de Curitiba, no dia 26 de março, quinta-feira, às 10h, no Plenarinho desta Casa Legislativa, em conjunto com a Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(aa) NEY LEPREVOST

LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a solenidade para comemorar os 316 anos de Curitiba, prestando homenagem às personalidades que mais contribuem ou contribuíram para o desenvolvimento de Curitiba, inclusive os ex-Prefeitos da Cidade e os ex-Presidentes da Câmara Municipal.

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Professor José Estevão Wolski no Município de Guaratuba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família entulada.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Guaratuba no dia 07/01/09, o Professor José Estevão Wolski, com 72 anos de idade, deixando viúva dona Terezinha Saldanha Wolski, duas filhas e três netos.

Seu passamento veio abrir lacuna de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à famílias, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Professor José Estevão Wolski, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Wolski endereçando a ela, votos de profundo pesar, rogando a DEUS para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nestor Rodrigues Fiuza.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(aa) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Turvo se despede de um autêntico homem: Nestor Rodrigues Fiuza.

Filho de Samuel Rodrigues Fiuza, fundador do Município de Turvo, que se desmembrou de Guarapuava.

Nestor Rodrigues Fiuza com o seu falecimento aos 78 anos, deixa a cidade de Turvo e sua população consternada. Pois perde um dos homens que participavam da vida do Município.

Nestor Fiuza além de prestar serviços às entidades assistenciais, reuniu a família Fiuza de todo o Brasil naquele município, cerca de 1 mil e 200 pessoas da descendência entre os quais se destacam médicos, advogados, agricultores e agrônomos.

Turvo perde um de seus valorosos homens. Mas deixa um rastro de paradigmas a serem seguidos, pelo seu bom exemplo de pai e avô, aos seus descendentes.

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Aquilina Cancelier, ocorrido no dia 04/02/09, no Município de Nova Prata do Iguçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha Natalina e do seu genro Dalvo Koerich.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a uma pessoa querida por todos. O falecimento da Sra. Aquilina Cancelier abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar sequência.

Amiga, pessoa de fácil relacionamento, era bem quista pela população. Honesta, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade perante a sociedade. Excelente mãe de família, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família.

Aquilina Cancelier, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a partida.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que Dona Aquilina Cancelier está ao lado de Deus, na morada eterna, e junto ao seu esposo Julio Cancelier.

De lá, o casal está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia eles amaram e continuam amando.

Aceite os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Laury Paulo Giacomet, ocorrido no dia 04/02/09, no Município de Quedas do Iguçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento de Laury Paulo Giacomet, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças empresariais no Município.

Gaúcho de Caxias do Sul, instalou-se em Quedas do Iguçu no ano de 1974. Sua trajetória profissional foi um sucesso. Acionista da empresa Araupel por vários anos, Laury ocupou o honroso cargo de diretor da empresa. Também integrou o Conselho Administrativo da Araupel.

No ramo da confecção, foi sócio-proprietário da fábrica de Jeans IL Pantalone. Na política, disputou uma vaga na Câmara de Vereadores nas eleições de 2004.

Diante do exposto, é evidente que Quedas do Iguçu pede um filho importante, que jamais será substituído.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

As nossas sinceras condolências.

REQUERIMENTO Nº 152

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso III do artigo 131 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de nota de pesar à Câmara dos Deputados e à família do Deputado Federal Adão Pretto, falecido em 05 de fevereiro próximo passado.

O Deputado Adão Pretto tinha 63 anos e estava em seu sexto mandato. Agricultor e defensor da reforma agrária. Pretto era Deputado Federal desde 1991 e ajudou a fundar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. Nascido em Coronel Bicaco, em 18/12/45, Adão Pretto mudou-se com a família aos dois anos para Miraguaí, no Noroeste do Estado. Caçula dos sete filhos de um casal de agricultores, aos cinco anos já

trabalhava na roça. Iniciou sua vida política no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí e na Pastoral Rural da Igreja Católica. Foi um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Em 1985, participou da ocupação da Fazenda Annoni, no interior do RS, um marco histórico na luta pela terra, considerada a primeira ocupação vitoriosa do MST. Integrou a primeira bancada do PT na Assembleia, de 1987 a 1990. Em 1990, ao final do primeiro mandato na Assembleia, elegeu-se Deputado Federal. Atualmente cumpria seu quinto mandato como Deputado Federal. Seu lema político era “Um pé na luta e outro no Parlamento”.

Agricultor, Adão Pretto concluiu apenas o curso primário. Mas a atuação política e popular lhe serviu de inspiração para publicar três livros. O primeiro foi “Lei da previdência para o agricultor: entenda a lei e exija os direitos conquistados”, lançado em 1981. E, 1987, pela editora Vozes, lançou “Queremos reforma agrária”. O petista publicou ainda o livro “Poesias e cantos do povo”. Trovador, Adão Pretto sempre esteve presente com sua gaita nos encontros, lutas e mobilizações do campo.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Secretário da Saúde de Maringá, Exmo. Sr. Antonio Carlos Nardi, em razão da posse da presidência do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

A sua posse será na próxima quarta-feira, 11, às 19h, no Auditório Emílio Ribas, no Ministério da Saúde.

O Secretário Antonio Carlos Nardi desempenha o cargo com honradez, razão pela qual merece o reconhecimento deste Poder Legislativo, levando não só o nome de Maringá, mas do Estado do Paraná, às esferas mais altas da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Delegado da Polícia Federal Dr. Wagner Mesquita de Oliveira e sua competente equipe pela operação que resultou na apreensão de 3,8 toneladas de cocaína no Terminal de Contêineres de Paranaguá, no último dia 05 do corrente mês.

Requer ainda, seja encaminhada correspondência dando ciência da aprovação do referido requerimento para a Superintendência da Polícia Federal no Paraná.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. João Jurandir de Souza.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Empresário aposentado do ramo de Biotecnologia (inoculante biológico), começou em 1954 no antigo IBPQ - Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica, hoje chamado TECPAR. Em 1970 com mais alguns técnicos do IBPQ, fundaram uma empresa de inoculantes biológicos e por sugestão chamou-se Nitral, em alusão ao produto, que é um fixador natural de nitrogênio para leguminosas, principalmente soja, que estava aumentando as áreas de plantio no Brasil. Em 1997 assumiu a direção integral da Nitral, pois outros sócios se retiraram para outras empresas ou atividades diferentes. Em 1999, realizou uma parceria com a maior cooperativa dos Estados Unidos, Land o Lake, para trazer novos conhecimentos sobre inoculantes biológicos para o Brasil. Em 2002, nova parceria com outro grupo americano, a Becker Underwood, que produzia o inoculante biológico nos Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia e Canadá. Finalmente em 2004 vendeu os 50% das ações da Nitral para este grupo. Atualmente se dedica integralmente as Criatório Paraíso das Aves em São José dos Pinhais. Nesta atividade atua desde os 12 anos de idade, ajudando seu pai, que criava canário belga. Na década de 80 começou a criar faisões de várias espécies e a se interessar por algumas variedades de psitacideos exóticos.

Após alguns anos teve a oportunidade de ter adquirido duas espécies de aves nativas que estavam em princípio de extinção. São aves da Região Sul e seriam exportadas legalmente para outros Países o qual comprou dos vendedores. Estas espécies de psitacideos, são conhecidas por *amazona pretrei* e *triclaria malachitacea* (sabiá sica), todas da variedade F3.

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Amarildo Rigolin.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Amarildo Rigolin, Prefeito eleito do Município de Santa Tereza do Oeste, que foi diplomado para um mandato executivo, pelo reconhecimento da população e por sua capacidade administrativa. Elegeu-se Prefeito pelo voto democrático por ser um homem do povo, que busca realizar as necessidades da

população de Santa Tereza do Oeste, empresário que cumpre seu papel social gerando emprego e renda para a população, dedicado as causas sociais frente à APAE - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Árabe Al Beirut.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Árabe Al Beirut, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana algumas das tradições da colônia Árabe, demonstrando o espírito cosmopolita da cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da capital. Por se tratar de uma cozinha tradicional, revela as mais profundas raízes de uma sociedade milenar que através dos séculos atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados.

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. César Luiz Lacerda Abicalaffe.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. César Luiz Lacerda Abicalaffe, médico formado em 1986 com mestrado em Economia da Saúde pela Universidade de York - Reino Unido e com MBA em Estratégia e Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Paraná. Sócio-Diretor da Impacto Tecnologias Gerenciais em Saúde onde atua em vários projetos de consultoria e assessoria para Operadoras de Planos de Saúde e Hospitais no País. Vem desenvolvendo e implementando modelos de remuneração médica baseada em performance para diversos clientes no Brasil. Foi Diretor Superintendente do Departamento de Assistência à Saúde do Governo do Estado do Paraná, tendo como responsabilidade a gestão do plano de saúde dos servidores do Estado. Foi Presidente fundador da SOMAP - Sociedade dos Médicos Auditores do Estado do Paraná e do CONIASSP - Conselho Nacional das Instituições de Assistência à Saúde do Servidor Público. Atualmente é membro da ISPOR - Internacional Society for Pharmacoeconomic Outcomes and Reserch e sócio da NAGIS - Núcleo Avançado de Gerenciamento e Informação em Saúde para implantação de programas de gerenciamento de doenças. Dedicado a solução de problemas na área de saúde, dignifica a categoria com seus conhecimentos.

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Árabe Al Bába.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Árabe Al Bába, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana algumas das tradições da colônia Árabe, demonstrando o espírito cosmopolita da cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha tradicional, revela as mais profundas raízes de uma sociedade milenar que através dos séculos atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados.

REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente aos Exmos. Srs. Senadores da República pelo Estado do Paraná, Senador Álvaro Dias, Senador Flávio Arns e Senador Osmar Dias, solicitando que os mesmos votem contra o Projeto de Lei Complementar nº 092/08, projeto este que vem flexibilizar a Lei Complementar nº 101/01, Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Projeto de Lei Complementar nº 092/08 visa permitir que os Municípios, Estados e União ainda que ultrapassem o limite de gastos com pessoal estipulados pela LRF possam contrair novas dívidas e continuem a receber transferências voluntárias de outros entes federados. Assim os governantes que não respeitarem o limite máximo de 60% da receita corrente líquida com pessoal, que hoje não podem mais receber recursos de outras entes da União, continuarão a contrair novas dívidas.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a importância do controle nos gastos públicos, e que a LRF vem moralizando as administrações públicas.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 016/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A denominação de que trata o *caput* do artigo 1º, será referencial de identidade do Município de Marialva para a captação de recursos ou investimentos referentes ao agronegócio.

Art. 2º A partir da publicação desta lei o Município de Marialva passará a integrar como Capital da Uva Fina o Calendário Oficial de Eventos Comerciais, Turísticos e Industriais do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Marialva é um Município que se localiza na Região Metropolitana de Maringá, e já é popularmente conhecido como Capital da Uva Fina.

O patrimônio de Marialva surgiu lá pelos anos de 1940, entre Mandaguari e Maringá, no meio de um “estradao de terra batida que caminhava para frente” conforme consta no histórico caminho de Peabiru, sendo fundado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Ficava exatamente a 18 quilômetros de Maringá e de Mandaguari.

Devido ao sucesso da venda dos lotes no novo povoado ele cresceu e deu mostras de que logo seria uma nova cidade. Em 1947, foi elevada a categoria de Distrito de Mandaguari.

Em 1951, através da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, desmembrando-se de Mandaguari. Dia 14 de novembro de 1952, o município foi instalado e seu primeiro Prefeito foi Antonio Garcia Neto.

O nome Marialva é uma homenagem ao Marquês de Marialva, Dom Pedro de Alcântara Menezes, um cavaleiro português nascido em 1711 e falecido em 1799.

Possui uma área de 475,467 quilômetros e localiza-se bem próximo do Trópico de Capricórnio.

Sua população atual é de 30.000 habitantes, conforme estimativa do IBGE em 2007.

Os Municípios limítrofes são: Sarandi, Maringá, Bom Sucesso, Itambé, Mandaguari, Astorga e Floresta.

Fica a 430 quilômetros da Capital.

Possui como Distritos: Aquidaban, São Luiz, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó.

A sua economia - hoje - é baseada na produção de Uvas Finas de Mesa, fruto de um trabalho pioneiro dos imigrantes japoneses que ali se instalaram na década de 60, trabalhando em consonância com o Poder Público.

Na entrada da cidade, vindo de Maringá em direção à Curitiba, encontra-se um monumento chamado de O Cacho de Uva, uma obra feita toda de concreto armado.

A produção de uvas finas, tem sido um cartão de visitas da Cidade, razões pelas quais estamos propondo este projeto, que poderá dar uma identidade oficial para aquele município que hoje é o pioneiro nesse tipo de agonegócio, tornando-se também, como uma das atrações turísticas para quem passa por Marialva.

PROJETO DE LEI Nº 017/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que exploram as praças de pedágio, em território paranaense, passam a ter responsabilidade pela colocação de placas, com o número do telefone de emergência, em todos os trechos pedagiados e de sua responsabilidade.

Art. 2º O não cumprimento da medida determinada no artigo anterior implicará, automaticamente, na rescisão do contrato que a empresa mantém com o Governo Estadual para a exploração do pedágio.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com a implantação do pedágio, houve uma melhora na qualidade das rodovias paranaenses operadas pelo novo regime. Não totalmente, pois não houve a duplicação total dessas rodovias, alguns túneis e viadutos ainda não foram implantados, além da tarifa, que não é barata. O estranho é que faltam até placas que indiquem o telefone de emergência caso o usuário tenha necessidade de utilizá-lo. Na casualidade do veículo quebrar, alguém passar mal na viagem ou na ocorrência de acidentes, o serviço de atendimento ao usuário, certamente, irá demorar, uma vez que não existem as placas contendo o número do telefone de emergência. Trata-se de um serviço simples, barato para a concessionária, mas de grande utilidade para quem está viajando, daí a apresentação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 018/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O lixo recolhido nas redes de pesca no Estado do Paraná poderá ser trocado por vale diesel ou cestas básicas, conforme critérios estabelecidos pelo Governo do Estado.

Art. 2º Os pescadores interessados no benefício de que trata esta lei terão as respectivas embarcações cadastradas no Instituto Ambiental do Paraná e equipadas com 10 (dez) sacos reaproveitáveis de 100 (cem) litros.

Art. 3º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP - promoverá cursos de capacitação destinados aos pescadores, para promover o trabalho de coleta de lixo para reciclagem e estabelecerá os postos de coleta do material reciclável.

Art. 4º Os resíduos recolhidos serão enviados para cooperativas de reciclagem de lixo.

Art. 5º O Governo do Estado regulamentará esta lei.
Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Os resíduos plásticos jogados no mar são responsáveis pela morte de um milhão de aves marinhas todos os anos, de acordo com dados do Programa nas Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Esta matéria tem como objetivo tentar reduzir o problema nos rios e mar no Estado do Paraná.

É uma forma de sensibilizar os pescadores a contribuir com o programa ambiental, haja vista a lamentável prática de muitas pessoas em lançar detritos em rios e mar.

PROJETO DE LEI Nº 019/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A inscrição das pessoas físicas no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO), que se dedicam à atividade agropecuária e realizam operações relativas à circulação de mercadorias, deve se dar na pessoa do produtor rural, independente de quantas propriedades rurais este possua, devendo ser única para cada Município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo o Poder Executivo adequar o Regulamento do ICMS (Decreto nº 1980 de 21/12/07) e demais regulamentações pertinentes no prazo de 30 dias.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo produtor rural paranaense, enquanto pessoa física que se dedica à atividade agropecuária como fonte de renda, é a burocracia que tem de enfrentar para se enquadrar nos limites e procedimentos legais para operar a atividade lucrativa.

No atual sistema tributário estadual, notadamente no que diz respeito ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, o produtor rural, em especial aquele que se dedica à atividade agropecuária com fins lucrativos, é obrigado a emitir notas fiscais da produção que sai de sua propriedade. Porém, o bloco de notas fiscais é vinculada à propriedade rural, sendo que cada propriedade recebe uma inscrição autônoma no Cadastro de Produtores Rurais - CAD/PRO, e não à pessoa do produtor proprietário.

O Cadastro de Produtores Rurais - CAD/PRO - tornou-se obrigatório a partir do Decreto nº 2682, de 30/05/08, e faz referência ao artigo 128 do Regulamento do ICMS (Decreto nº 1980, de 21/12/07), que assim dispõe:

Art. 128. Deverão inscrever-se no Cadastro de Produtores Rurais - CAD/PRO, antes do início de suas atividades, as pessoas físicas que se dediquem à atividade agropecuária e que pretendam realizar operações relativas à circulação de mercadorias.

§ 1º Será considerada autônoma, para os efeitos desta Seção, cada propriedade de um mesmo produtor, recebendo, cada uma delas, um número distinto de inscrição no CAD/PRO, o qual constará, obrigatoriamente, em todos os documentos fiscais e de arrecadação. [...]

E, com escopo de estabelecer os procedimentos relativos ao Cadastro de Produtor Rural, a Coordenação da Receita Estadual do Estado do Paraná edita a Norma de Procedimento Fiscal de nº 092/07, que no seu item "3" impõe que para cada propriedade rural, ainda que no mesmo município, o produtor deverá solicitar uma inscrição estadual diversa. Cabe ressaltar que a inscrição no CAD/PRO deverá ser requerida junto à Prefeitura do Município no qual o produtor rural exerce sua atividade, que é o ente competente para fiscalizar a regularidade cadastral dos produtores rurais.

Dessa forma, na medida em que cada propriedade recebe uma inscrição cadastral diversa, de forma autônoma e independente de ser de um mesmo proprietário, por consequência cada propriedade que operar a circulação de mercadoria deverá ter um bloco de notas fiscais distinto. E é justamente a unificação dos blocos na pessoa do produtor proprietário, desde que para propriedades rurais inscritas no mesmo Município, que esta lei pretende instituir.

Com fins de ressaltar a legalidade da presente proposição, vale observar dois pontos fundamentais: o alcance da pretendida lei se dará somente para pessoas físicas, visto que apenas esta categoria pode ser inscrita no CAD/PRO (as pessoas jurídicas devem ter inscrição cadastral no CAD/ICMS, e são sujeitadas a outro regime de contribuição e fiscalização); a unificação do bloco de notas em caso de pluralidade de propriedades deverá ocorrer tão somente no mesmo município onde estão localizadas, respeitando a autonomia municipal (inclusive a participação deste no produto do ICMS).

Portanto, respeitada a competência e iniciativa legislativa em face do que dispõe a Constituição da República e Carta Estadual, e com fins de amenizar os encargos burocráticos encarados pelo produtor rural paranaense é que se propõe este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 020/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Madalena Sofia, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Madalena Sofia, foi fundado em 17/08/06, é uma Associação Civil sem fins econômicos lucrativo.

A entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com o seu estatuto, integrar as atividades de assistência social e saúde; desenvolver programas de referência ao tratamento humano; promover o atendimento à saúde com gratuidade.

Sendo o que se apresenta, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 021/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Para efeito de lançamento e cobrança do IPVA de 2009, o DETRAN/PR fará a avaliação dos veículos com preços de mercado vigentes a partir de janeiro deste ano.

Art. 2º A direção do DETRAN mandará cancelar os lançamentos feito anteriormente à vigência desta lei.

Art. 3º Os contribuintes que já efetuaram o pagamento do IPVA 2009 ficarão com crédito para abater no pagamento do mesmo imposto em 2010.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Em razão da crise mundial, houve elevada queda nos preços de veículos usados. Essa queda começou no final do último ano e com tendência de se agravar ainda mais. O DETRAN de nosso Estado efetuou a avaliação dos veículos antes de começar a crise que já afeta todos os segmentos de nossa sociedade. Ou seja, houve lançamento muito acima do preço de mercado, problema que pode e deve ser corrigido com a aprovação e sanção deste projeto, o que viria trazer a contribuição deste poder legislativo para com os paranaenses que estão sofrendo com as dificuldades provocadas pela atual situação na economia mundial.

PROJETO DE LEI Nº 022/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Ao servidor estatutário, que comprovadamente seja cônjuge, pai, mãe, tutor, curador ou responsável pela criação, educação e proteção de pessoa com deficiência, considerada dependente sob o aspecto sócio-educacional e em situação que exija o atendimento direto pelo servidor, será concedida redução da jornada de trabalho por período de até 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária normal cotidiana, sem prejuízo de remuneração e carreira, enquanto perdurar a dependência.

§ 1º Compreende-se como pessoa com deficiência aquela que sofre debilidade ou incapacidade física, mental ou sensorial, comprovada por perícia médica.

Art. 2º Para verificação do disposto acima, a inspeção médica será feita, obrigatoriamente, pelo órgão pericial do estado, podendo o servidor interessado requerer nova inspeção e outros exames clínicos e/ou laboratoriais caso não se conforme com o laudo.

Art. 3º A redução de carga horária de que trata esta lei dependerá de requerimento do interessado ao titular ou dirigente máximo do órgão em que estiver lotado e será instruído com documento oficial de identidade e atestado médico de que a pessoa com deficiência se encontra em tratamento e necessita assistência direta do requerente.

§ 1º Quando os pais ou responsáveis da pessoa com deficiência física, mental ou sensorial forem ambos servidores públicos do Estado, somente um deles poderá fazer uso da redução de carga horária em cada período requerido.

§ 2º A redução de que trata o *caput* será concedida pelo prazo máximo de seis (6) meses, podendo ser renovada, sucessivamente, por iguais períodos, observando sempre o procedimento de que tratam os artigos 2º e 3º desta lei.

Art. 4º Durante o período de gozo da redução de carga horária o servidor abster-se-à de atividades remuneradas, sob pena de interrupção do benefício, com perda total dos vencimentos ou remuneração, até que reassuma a carga horária integral do cargo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O projeto que ora apresentamos visa garantir a redução da carga horária semanal aos servidores públicos da Administração Pública do Estado do Paraná, os quais sejam responsáveis por pessoas com deficiência, conforme previsto no inciso VII do artigo 34 da Constituição do Estado do Paraná.

Não se trata de oferecer benefício, mas sim condições mínimas para que os pais possam dar aos filhos e/ou outras pessoas sob sua responsabilidade o mínimo de condições de efetuar um tratamento que se torne eficaz,

pois são necessárias sessões de fisioterapia, fonoaudiologia e outros tratamentos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Inúmeros estudos demonstram que o tratamento médico, psicológico e fisioterápico da pessoa com deficiência tem resultados bem melhores se forem acompanhados de perto por seus familiares.

Muitas vezes os pais não possuem recursos financeiros para a contratação de profissionais ou tratamentos diferenciados, mas com a redução da carga horária podem dar mais atenção aos filhos com deficiência e o setor público não sofrerá prejuízo, pois são poucos os servidores que necessitam desta redução.

O presente projeto de lei é defensável, e perfeitamente executável, principalmente se levarmos em consideração o inciso II do parágrafo 1º do artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece que o Estado promova programas de assistência social visando “a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.”

Nesse passo, necessária se faz a sensibilização da Administração Pública Estadual para a necessidade da instituição de regras especiais no que tange a jornada de trabalho dos servidores públicos responsáveis por pessoas com deficiência.

Importante esclarecer ainda que outros entes da Federação já adotam normas, no Regime Jurídico dos seus servidores públicos, garantindo horário especial ou licença para os servidores públicos que tenham filhos ou são responsáveis por menores sob sua guarda judicial, tutela ou curatela, com deficiência física, sensorial e/ou mental e que necessitem de atenção permanente e tratamento educacional, fisioterápico e/ou terapêutico em instituição especializada.

Pequeno expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente, conforme inscrição anterior, concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, posteriormente ao Deputado Lemos, Antonio Belinati e Tadeu Veneri.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou ocupando o Pequeno Expediente da Assembleia para fazer um registro que chegou as minhas mãos, do centenário do nascimento do Divonsir Borba Côrtes, e aproveitando a presença do seu filho, Divonsir Borba Côrtes Filho, para ficar registrado nos Anais da Casa.

(Lê):

“Centenário do Nascimento de Divonsir Borba Côrtes

No dia 09 de fevereiro de 2009 próximo comemora-se a data do nascimento de Divonsir Borba Côrtes, falecido em 18 de dezembro de 1985.

Durante sua vida, participou ativamente da vida pública, tendo se notabilizado pela sua larga cultura e amor ao Paraná. Foi político proeminente, eleito Deputado Estadual na legislatura de 1950/1954, foi 1º Secretário e Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, tendo desenvolvido intensa atividade parlamentar a nível estadual e federal.

Representou o Paraná na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, antiga Capital Federal, na legislatura de 1954/1958, tendo ocupado a 1ª Secretaria da Câmara dos Deputados, função que já tinha sido exercida anteriormente por outro paranaense, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Representou o Parlamento Brasileiro em Londres, no Congresso Pró-Governo Mundial, realizado em 1955, no qual teve atuação elogiada pela imprensa londrina.

Na Câmara dos Deputados foi um incansável defensor da cafeicultura do Paraná, sendo que os Anais da Câmara registram inúmeros pronunciamentos seus no Plenário da Câmara nesse sentido.

Como candidato a Deputado Federal pelo antigo PTB obteve expressiva votação, sendo o terceiro mais votado no Estado do Paraná e honrou seu mandato através de uma atuação firme e corajosa em prol do Paraná.

Como Deputado Estadual teve atuação destacada do plenário e comissões, tendo exercido a presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Foi defensor ardoroso da criação da PETROBRAS.

Foi, durante muitos anos, jornalista colaborador da Gazeta do Povo, tendo publicado mais de 100 artigos sobre matérias diversas e se orgulhava de ostentar carteira de jornalista profissional. Foi promotor de Justiça de carreira e se aposentou como Procurador de Justiça. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Curitiba. Exerceu também a advocacia e foi Conselheiro da Ordem dos advogados do Brasil, seção do Paraná, eleito por dois mandatos. Em 1962 foi Procurador Geral e Secretário Geral da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro no Rio de Janeiro. Foi delegado de Ordem Política e Social em Curitiba no período da 2ª Guerra Mundial. Grão-Mestre da Massonaria, foi o fundador da Loja Massônica de Londrina. Era casado com Dalila Martins Côrtes e deixou três filhos: Divonsir Borba Côrtes Filho, Luiz Cláudio Martins Côrtes e Cloris Martins Côrtes (já falecida), além de inúmeros netos e bisnetos.”

Agradecer a Deputada Cida, que também tem envolvimento com essa homenagem, e V. Exa. que preside a Sessão.

Deixar aqui, mais uma vez, os parabéns pelo trabalho, também ao filho, Divonsir Borba Côrtes Filho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Dr. Divonsir Filho, e não que sejamos mais velhos, mas tivemos o prazer de conhecer, inclusive Martins, parentes da minha mãe. Divonsir Filho deve ser o meu segundo ou terceiro primo e tivemos a felicidade de conhecer o seu pai, sua família que honrou este Parlamento como Vice-Presidente da Assembleia Legislativa e 1º Secretário.

É uma satisfação, Deputado Douglas, V. Exa. ter feito este relato. Gustavo Fruet está fazendo em Brasília, porque figuras ilustres devem ser registradas suas passagens por este Parlamento.

Divonsir Filho, é uma satisfação tê-lo nesta Casa na tarde de hoje.

Transmito neste instante, a presidência ao Deputado Nelson Justus.

Segundo orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos**O SR. PROFESSOR LEMOS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna hoje é motivo de satisfação aos paranaenses, é o retorno das atividades escolares. Estamos recebendo, nas escolas estaduais, mais de 1 milhão e 400 mil estudantes. E mais de 800 mil estudantes nas escolas municipais.

Aproveitamos este espaço para cumprimentar cada professor e professora, funcionário e funcionária e também os estudantes das redes municipal e estadual.

Estamos trazendo uma preocupação para dividir com cada Deputado aqui e pedir o apoio para que a merenda escolar que foi, por muitos anos municipalizada, continue municipalizada nos 69 Municípios, pois tem dado certo este convênio do Estado com os Municípios. Esse convênio foi rompido no final do ano, contrariando o interesse das Prefeituras e das comunidades escolares. Estava visitando Umuarama, sexta-feira, e pude, visitando escolas, constatar que hoje tem escola que não tem merenda para ofertar aos seus estudantes, porque o convênio foi rompido.

Também recebo a reclamação de Chopinzinho, de Vera Cruz do Oeste, de vários Municípios que têm horta comunitária, que oferecem uma merenda de qualidade e que agora estão reclamando. Primeiro, porque a merenda não chegou. Segundo, quando chegar vai chegar enlatada, comprada em outros lugares. Pequenos agricultores desses Municípios, há muitos anos ofertam produtos para merenda escolar, seja verdura, frutas, carne, ovos. É um prejuízo para os pequenos agricultores e para as nossas crianças, que vão deixar de comer aquele alimento natural. Isto é preocupante!

Pedimos aqui o apoio de cada Deputado e Deputada para aprovarmos um indicativo ao Governador Roberto Requião, à Secretaria de Estado da Educação,

para que retomem os convênios com urgência na defesa do interesse público e na defesa da Saúde Pública, porque alimento de boa qualidade gera Saúde Pública.

Inclusive o Deputado Cheida apresentou aqui nesta Casa um projeto louvável, na semana passada, disciplinando o cuidado com o alimento que é ofertado nas escolas, inclusive em cantinas.

Também outro tema que nos preocupa no início do ano letivo trata dos funcionários de escolas. Nós aprovamos um Plano de Carreira aqui nesta Assembleia no ano passado, por unanimidade, foi sancionado pelo Governador, um Plano de Carreira muito bom para os nossos funcionários de escola, entretanto temos os funcionários do regime CLT e também aqueles com contrato especial, chamado PSS, que não estão recebendo o auxílio-transporte e não estão recebendo pelo noturno. São os nossos funcionários que recebem o menor salário lá na escola.

Quero também registrar aqui que os professores da rede estadual, quando também da conquista do Plano de Carreira em 2004, ficamos com o professor celetista, ficamos com professores com contrato temporário, mas um decreto concedeu os mesmos benefícios, seja período noturno, que é uma gratificação de 20% a mais para quem trabalha à noite, e uma gratificação que é o auxílio-transporte, que na verdade é uma indenização para que o professor se transporte até o local de trabalho, àqueles celetistas, àqueles professores com contrato temporário.

Do mesmo modo nós estamos solicitando a esta Casa, aproveito aqui para saudar o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti e também pedir o empenho dele nesta luta para que possamos ter o mesmo tratamento que foi dado aos professores, que se dê aos funcionários de escola. Porque a Secretaria da Educação, em debate com a direção da APP, entendeu que seria possível, negociou durante o Plano de Carreira o custo da implantação do plano, considerando nesta conta os funcionários celetistas e funcionários com contrato temporário chamado PSS. Entretanto, a Secretaria da Administração tem demorado na análise dessa reivindicação, e o ano letivo começou, os alunos já estão nas escolas, os nossos funcionários estão indo ao trabalho e necessitam do auxílio-transporte, e aqueles que trabalham à noite necessitam com urgência da implantação do período noturno, fazendo inclusive a isonomia com os outros funcionários que são estatutários.

Portanto, queremos aqui também nesta Casa o apoio de todos os Deputados e Deputadas para esse importante pleito da Educação da rede estadual. Também estamos preocupados, no início dos trabalhos, com os estudantes com relação à saúde do servidor público, dos servidores da Educação, professores e funcionários e dos demais servidores públicos do Paraná. A nossa categoria, hoje, soma mais de 50% dos servidores públicos do Estado do Paraná. Então essa categoria, reunida com os demais sindicatos, forma o Fórum dos Servidores Públicos no Paraná. E estamos

muito preocupados com o SAS, que é esse Sistema de Atendimento à Saúde do servidor público do Paraná. Este modelo foi implantado no Paraná, ele remunera o prestador de serviço, independente de quantos atendimentos o hospital faz durante o mês, ele remunera de forma *per capita*.

Por exemplo, o hospital, aqui em Curitiba, o Evangélico, recebe aproximadamente 2 milhões por mês para atender todos os servidores e seus dependentes vinculados aqui em Curitiba e Região Metropolitana. Mas, se esse hospital não atender nenhum servidor durante o mês de fevereiro, ao final do mês vai receber o repasse de 2 milhões dos cofres do Estado. Então, isso se repete nas demais regiões do Estado. E os servidores procuram atendimento, não conseguem ser atendidos, porque quanto menos o hospital atender, maior lucro o hospital obtém. É como se fosse uma mesada que todo mês fosse repassada regularmente, independente de quantos servidores são atendidos, independente de quantas consultas, independente de quantas cirurgias, de quantos internamentos. Então, quanto menos o hospital atender, mais lucro fica para aquela unidade hospitalar. E isso não é bom para o servidor público e não é bom para o Estado do Paraná.

Precisamos mudar esse modelo. Há uma reclamação geral, não tem um sindicato do servidor público, não tem uma associação do servidor público que faça a defesa desse modelo.

O Governador Roberto Requião, por várias vezes, se referiu a esse modelo com descontentamento, chegou a propor uma mudança anunciando em uma Escola de Governo, no ano passado, que precisamos, com urgência, sensibilizar a Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Paraná, para que apresente uma nova proposta, um novo modelo porque esse modelo já foi superado em vários Países e aqui no Paraná não deu certo, e não é bom para o servidor, não é bom para o Governo do Estado. Não interessa ao serviço público esse modelo. Então, precisamos, com urgência, a alteração desse modelo.

Por isso, estamos preocupados, como em Pato Branco, por exemplo, o hospital se descredenciou e não há um hospital lá na região querendo ofertar o atendimento. Cascavel foi difícil. E também estamos atendendo o problema em União da Vitória. Em Guarapuava também estamos tendo problema. De modo que esse modelo também não está agradando o prestador de serviço.

Então, precisamos com urgência tratar desse tema e sensibilizar o Governo do Estado, o Executivo, para essa alteração, porque quando o IPE funcionava no Paraná, eram repassados 2% sobre a folha de pagamento dos servidores para o Fundo de Saúde do Servidor Público do Paraná.

Hoje, a folha de pagamento soma mais de 600 milhões por mês e o repasse que é feito para a Saúde do servidor é pouco mais que 7 milhões. Ou seja, teríamos que ter quase 13 milhões por mês repassados para a saúde dos servidores, se tivéssemos o mesmo modelo chamado IPE. Então, houve uma redução de investimento e também uma

alteração no modelo que não interessa ao servidor público que se encontra, neste momento, desassistido.

Então, nesse sentido queremos aproveitar esse primeiro dia de aula nas escolas para fazer esse apelo ao Executivo. Vamos apresentar, aqui nesta Casa, junto com o Fórum de Servidores, um projeto de lei. E aproveitamos este momento para pedir o apoio de cada Deputado, de cada Deputada.

Então, também estamos apresentando alguns projetos no dia de hoje que tratam do tema merenda escolar, auxílio- transporte, período noturno, aos nossos funcionários. Gostaríamos muito de ter o apoio desta importante Casa, dos nossos colegas Deputados e Deputadas Estaduais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, que já foi também Presidente desta Casa e foi Presidente da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais. Nós recebemos, hoje, o Presidente da UNALE, Deputado Cesar Halum, acompanhado do Deputado Alencar da Silveira, que é o Vice-Presidente.

Gostaria, neste instante, de passar a palavra ao Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, para que faça a saudação em nome de toda Assembleia ao nosso Presidente da UNALE, a quem em seguida passaremos a palavra.

Com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Presidente Nelson Justus; Vice-Governador Orlando Pessuti; Deputado Cesar Halum, Presidente da UNALE, Deputado do Tocantins, Presidente da nossa entidade de representação em nível nacional; em nome dos quais cumprimento todos amigos Parlamentares. Junto com o Deputado Cezar veio a comitiva: Deputado Alencar, nosso Vice-Presidente; o Sandro; o Fabiano, hoje visitando a nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Nos sentimos honrados e felizes com sua visita, Presidente. Sabemos o quanto a UNALE tem lutado para promover a integração regional e fortalecer os Legislativos Estaduais. Sua visita aqui, em nome da nossa entidade, demonstra justamente essa atitude positiva, ativa e destemida no sentido de alcançar esses objetivos. Muitos dos nossos Parlamentares têm ouvido, lido acerca das ações da nossa entidade, mas talvez uma boa parte destes ainda não tenha tido o prazer de lhe conhecer pessoalmente. Hoje, em nome desta Casa, destes Parlamentares, desejamos ao nosso amigo Cesar Halum as mais cordiais boas-vindas, a nossa manifestação de alegria e de extremo contentamento pela sua visita, pela demonstração de carinho com a nossa Assembleia.

De uma forma especial, o senhor veio aqui no sentido de convidar a nossa Assembleia e solicitar ao

nosso Presidente Nelson Justus uma parceria para o desenvolvimento de um encontro regional da Região Sul e Sudeste, a ser realizado aqui em Curitiba, aqui na nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para discutir um tema certamente que interessa a todos nós, que é a questão da crise.

A UNALE tem promovido encontros por várias regiões. No final do ano passado, promoveu um encontro em Tocantins, na Assembleia da qual faz parte o nosso Presidente. Discutiram lá a questão da Bacia Amazônica. Estará no começo de março, dias 5 e 6, promovendo um encontro em Natal para a Região Nordeste, quando discutirão o tema da transposição do rio São Francisco. E nos prestigiarão aqui com um debate sendo promovido em nível de Regiões Sul e Sudeste, possivelmente no final do mês de março ou começo do mês de abril, a data ainda será definida, mas possivelmente nos dias 27 e 28 de março. Desde já ele vem aqui, em nome da nossa entidade, convidar os nossos Parlamentares a participarem desse grande evento.

Deputado Cezar, Presidente da nossa entidade, muito obrigado pela sua visita! Sinta-se em casa. Aqui estão seus irmãos e esperamos que a nossa UNALE continue crescendo, continue promovendo cada vez mais o fortalecimento dos nossos Legislativos. Certamente, o nosso fortalecimento é o fortalecimento da democracia, porque é esta que todos nós representamos em função da eleição e dos votos que recebemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo neste instante a palavra ao Deputado Cezar Halum, Presidente da UNALE, para que faça uso da tribuna e da palavra, ele que é o Presidente da União Nacional dos Legislativos Nacionais.

Deputado Cezar Halum - Presidente da UNALE

O SR. CEZAR HALUM

Meus cumprimentos a todos os colegas, nobres Deputados Estaduais do Estado do Paraná! Meus agradecimentos ao nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, que tem contribuído tanto para o desenvolvimento da nossa entidade!

O Estado do Paraná foi um Estado que nunca faltou com a UNALE, a União nacional dos Legislativos Estaduais, uma entidade que foi criada há 13 anos com o intuito de resgatar o poder legiferante das Assembleias Legislativas, pois muitos deles foram perdidos na Constituição de 1988. A UNALE vive em função da colaboração dos seus Pares, da contribuição dos Deputados associados, de vários programas sendo executados, mas acima de tudo o que precisamos mesmo é promover a integração entre os 1 mil e 059 Deputados Estaduais do Brasil.

Hoje a entidade tem o orgulho de dizer que já tem 908 Deputados filiados à entidade. A nossa filiação não é obrigatória, mas temos feito um trabalho em cada Assembleia para que possamos unir a nossa classe. Aqui no Estado do Paraná, nesta Assembleia Legislativa, temos como representantes da diretoria nacional da entidade a Deputada Cida Borghetti e o Deputado Francisco Bühner, que também tanto tem nos ajudado e contribuído. É preciso entender que a representatividade é feita através dos dois parlamentares, mas que precisamos da participação de todos vocês.

Temos tido muitas dificuldades para fortalecer o Poder Legislativo, até porque para todas as mudanças que precisam ser feitas na legislação, dependemos do Congresso Nacional, dependemos da Câmara Federal, que lá a dificuldade de articular uma votação ou colocar um projeto de nosso interesse na pauta não é fácil.

A PEC nº 13, que foi motivada pelo UNALE, está há quatro anos no Congresso Nacional e agora em novembro que conseguimos retirá-la do Senado Federal, relatada pelo Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, que trata da legislação sobre fusão, emancipação e criação de novos Municípios. Saiu de lá com o parecer do relator devolvendo essa prerrogativa às Assembleias Legislativas, estabelecendo alguns parâmetros, como por exemplo para emancipar um município, o princípio básico é o da população, sendo a exigência de 10 mil habitantes para as Regiões Sul e Sudeste do Brasil, de 7 mil habitantes para a Região Nordeste e de 5 mil nas Regiões Norte e Centro-Oeste. A partir daí vamos começar a trabalhar, mas já houve um avanço, pois devolveu para as Assembleias Legislativas esse poder de decidir sobre a emancipação. Mas, essa PEC foi agora para a Câmara Federal, lá são 513 e estamos trabalhando no sentido de colocar essa PEC na pauta para que possamos nos fortalecer. Vários outros são os projetos, mas a entidade precisa estar fortalecida, e ela é fortalecida com a presença dos Parlamentares.

Tranquilizá-los e dizer que a UNALE está bem hoje. Com ex-Presidente como o Pessuti, que trabalharam para poder estabilizar a entidade, temos hoje uma sede própria em Brasília, bem localizada, bem estruturada, a entidade tem condições de dar atendimento a todos os Parlamentares que lá vão, assessorá-los em audiências nos Ministérios e dar apoio logísticos dentro de Brasília. Mas, precisamos mais ainda: é nos fortalecermos com as nossas regiões.

Então, os encontros regionais que estão sendo aplicados nesta gestão têm esse intuito e nossa ideia, e o Presidente Nelson hoje sinalizou favorável para que a Assembleia do Paraná seja anfitriã desse Encontro Regional Sul/Sudeste, vamos realizar o encontro nas próprias instalações da Assembleia Legislativa, porque é um encontro de trabalho e o tema que será discutido aqui é a crise mundial, é o tema mais atual que temos. E vamos trazer aqui bons palestrantes. Temos utilizado muito os Governadores dos Estados dessas regiões para que sejam

palestrantes, uma forma também de nos aproximarmos mais dos palestrantes e fazer o Executivo entender que ele precisa conviver muito bem com o Legislativo.

Muitas pessoas dizem que a imprensa tenta prejudicar muito a ação dos Parlamentares, mas isso tem um motivo: o Executivo tem a chave do cofre, o Poder Judiciário pode mandar prender e nós, Legislativos Estaduais, não temos nem a chave do cofre e nem o poder da prisão; somos mais vulneráveis aos ataques. Por isso que precisamos, talvez, estar mais unidos em forma de defesa do Legislativo Estadual Brasileiro. E é esse motivo da minha visita: primeiro conhecer a Assembleia do Paraná, que me honra muito, eu que venho de um estado pequeno, o Estado mais novo da Federação Brasileira, Tocantins precisando aprender muito e precisando da contribuição de todos vocês que são mais experientes que nós. Tenho tido uma experiência muito gostosa, em todo Brasil, de conviver com os Parlamentares. Gostaríamos muito que vocês nos apoiassem nesse movimento dos dias 26 e 27 de março, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Como é que vocês podem nos ajudar? Com a presença de vocês. Sei que é muito difícil para um Deputado, principalmente os que têm base no interior do Estado, reservar uma agenda para atender um movimento, um encontro de colegas Parlamentares. Mas façam um sacrifício. Nós fizemos um encontro no Tocantins, que tem dificuldade de logística, de aceso, lá na Região Norte reunimos nove Assembleias Legislativas, 103 Parlamentares da região. Foi um grande evento. Espero que aqui nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil tenhamos esse sucesso, principalmente porque o Presidente Nelson está nos apoiando, nos ajudando nesse evento.

Temos aqui o Vice-Governador Pessuti, que é um amante da UNALE e que foi um dos criadores e fundadores da UNALE, este Estado tem sido um sustentáculo da nossa entidade. Vou contar com o apoio de vocês e espero que possamos, durante o dia de hoje ainda, conversar individualmente com cada um, estreitar o nosso relacionamento e colocar a UNALE à disposição de todos vocês.

Muito obrigado pela oportunidade, pela acolhida, pela recepção. Saio daqui com o coração aberto e feliz por ter sido recebido de maneira tão generosa e tão gentil por cada um dos colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao nosso Vice-Governador, Sr. Orlando Pessuti.

Sr. Orlando Pessuti - Vice Governador do Estado

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero neste momento em que recebemos a visita do companheiro Cezar Halum e também do companheiro Deputado Alencar da Silveira Júnior, dizer da satisfação

pessoal que tenho de estar aqui hoje nesta Assembleia, na condição de ex-Deputado Estadual, ex-Presidente desta Casa e também na condição de ex-Presidente da UNALE.

A União Nacional dos Legislativos Estaduais, como bem disse o Deputado Nelson Justus, o Artagão, como disse o Deputado Presidente Cezar Halum, tem como principal objetivo o fortalecimento dos Legislativos Estaduais do nosso País, o fortalecimento da ação e do trabalho dos 1 mil 059 Deputados Estaduais e das 27 Casas Legislativas, 26 Assembleias e a Câmara Distrital sediada em Brasília. E eu que, ao longo dos 20 anos que fui Deputado Estadual, tive o privilégio de participar ao lado de pessoas como Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Ezequias Losso, da União Parlamentar Interestadual - UPI, na época, que por sinal teve o privilégio de ter Luiz Alberto Martins de Oliveira, nosso Deputado Estadual Presidente da UPI, à época tantos Deputados Estaduais dela faziam parte, inclusive o Deputado Antonio Belinati. Posteriormente a UPI se desfez e surgiu a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que hoje cumpre o papel preponderante no fortalecimento do trabalho legislativo, no trabalho do Parlamentar Estadual, fortalecimento da sua ação. reconhecimento da sua atividade enquanto legislador, enquanto fiscalizador dos atos Governamentais, enquanto principal porta de recepção dos reclamos da sociedade brasileira e, porque não dizer, no caso do Paraná, da sociedade paranaense.

Por isso, venho aqui, porque através da UNALE tive o privilégio de visitar praticamente todos os Legislativos do Brasil, a exemplo do que faz hoje o nosso Presidente Cezar Halum, do que faz o Deputado Alencar Silveira Júnior, de Minas Gerais, nós percorremos esse Estado e hoje a Assembléia Legislativa do Paraná, através da Cida Borghetti; através da Rosane, que tivemos oportunidade de estar lá em Porto Alegre num Congresso da UNALE juntos, Deputado Artagão Júnior, Francisco Bühner, enfim, esta Casa de Leis é muito bem representada. Inclusive faço questão aqui de registrar a presença, firme e determinada, do Nelson Justus enquanto Presidente deste Legislativo Estadual no Conselho de Presidentes de Assembleias Legislativas do nosso País. Conselho esse presidido pelo Deputado Alberto, de Minas Gerais, e que tem no Nelson Justus um dos seus principais aliados. E que na somatória do trabalho desses Presidentes surge o fortalecimento da nossa UNALE, através da presidência do Cezar Halum.

Quero também aqui destacar, não poderia ser de outra forma, o brilhante trabalho que outros colegas fizeram, o caso do Ademir Bier; César Seleme; Reni Pereira, que hoje é uma referência entre os Parlamentares de todo Brasil na discussão que se faz neste País na questão tributária; e no mandato anterior temos que tirar o chapéu pelo trabalho que fez primeiro como Conselheiro Fiscal, depois como 1º tesoureiro, depois como 2º tesoureiro, depois como tesoureiro geral da UNALE, o Deputado José Maria Ferreira, que para nosso orgulho, hoje é Prefeito da sua Cidade, Ibiaporã.

Então que se registre aqui, Deputado Cezar Halum, o nono agradecimento pela sua vinda ao Paraná, por ter escolhido Curitiba para sediar esse encontro da Região Sul e da Região Sudoeste, para discutirmos um assunto que é o mais presente na vida de todos nós hoje, que é a crise econômica internacional, onde nós os Parlamentares Estaduais, os Governantes Estaduais não podemos de forma alguma nos omitir, temos que discutir e debater.

Parabéns, Cezar Halum, bem-vindo ao Paraná, leve nosso abraço ao Governador Marcelo Miranda, que quando presidi a União Nacional dos Legislativos era o meu Vice-Presidente e hoje é o Governador reeleito do Estado do Tocantins. Muito obrigado pela sua vinda e tenha certeza que do Pessuti sempre terá a melhor das vontades para contribuir que os Legislativos Estaduais, as Assembleias Estaduais, a exemplo das Câmaras de Vereadores, a Câmara Federal e o Senado, possam se fortalecer e cada vez mais parcerias estabelecer. Como é o caso das parcerias que temos a partir do surgimento das TVs Legislativas, tanto a nível de Câmara Federal, Senado e Assembleias. As Escolas dos Legislativos espalhadas pelas diferentes Assembleias do Brasil, o COPELEGIS, que estamos implantando aqui na Assembleia, que é um prosseguimento e uma sequência do INTERLEGIS, que surgiu através do Senado Federal e da Câmara Federal. Sois bem-vindo ao Paraná, fostes recebido hoje pelo Governador Roberto Requião. E desde já agradeço e confirmo a presença do Governador Requião na Conferência Nacional da UNALE, que acontecerá no mês de maio em Belém, Estado do Pará, onde lá estaremos também prestigiosas esse grande evento dos Legislativos e dos Deputados do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Vice-Governador Pessuti.

Dando prosseguimento ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Deputado Dr. Batista, Deputado Nishimori, Vice-Governador Pessuti, Deputado Cezar, Presidente da UNALE, Deputado Alencar, que nos dão a honra de nos visitar.

Sr. Presidente, estamos encaminhando às mãos de V. Exa., dois projetos, verdadeiro feijão com arroz, atendendo aquilo que a população nos pede.

Primeiro, a pessoa que presta o exame para tirar a carteira de habilitação no DETRAN, há um fato aí que dá par corrigir. O candidato que é aprovado, que vai poder tirar a sua habilitação ou renovar a carteira, ele não é comunicado qual a questão que eventualmente tenha errado na prova. Ou seja, o cidadão sai com a carteira habilitada, mas muitas vezes têm questões que ele errou. Não foi informado que está dirigindo de maneira

equivocada. E aquele erro, quem sabe lá na frente, possa vir ser fatal. Então, estamos pedindo que o DETRAN, ao aprovar quem está tirando ou renovando a carteira de habilitação, que informe: “Está errada a questão nº 3, 8, x”, para a pessoa não persistir no erro ao volante do veículo ou pilotando uma moto.

A outra coisa, Presidente Nelson Justus, será que V. Exa., que é o Presidente desta Casa, ao estar viajando numa rodovia federal, no caso de uma emergência, saberia o número da concessionária do pedágio, se alguém passar mal no carro, se o carro quebrar, se houver um acidente? Viajo por essas rodovias, mas não vi até agora placa nenhuma. A pessoa tem que adivinhar ou ficar parado no acostamento esperando algum motorista de boa-vontade parar o carro e depois comunicar na praça de pedágio que tem alguém necessitando de socorro.

Na minha ótica isso não vai custar quase nada para essas empresas que ganham milhões com o pedágio. Tem muita coisa que melhorou com o pedágio, as estradas estão em bom estado, mas muita coisa ainda não foi cumprida, como é a duplicação das rodovias, túneis, viadutos. A conservação está boa. O projeto é para que a concessionária coloque a placa, em caso de acidente, telefone “x”. Liga lá e está resolvido. A não ser que eu não esteja enxergando direito.

Outra coisa, Presidente, Deputado Antonio Anibelli, percorrendo Londrina e a minha região, conversando com gente da imprensa, jornal, rádio, televisão, senti que algumas pessoas não entenderam o debate que foi feito nesta Casa a respeito do brutal aumento do IPVA aqui do Paraná, considerado praticamente como um golpe que foi dado, pois havia um compromisso de não se aumentar o IPVA, a alíquota do imposto dos veículos aqui no Paraná e que esta promessa não foi cumprida, enganaram a todos os 54 Deputados. Havia até um apelo para o DETRAN, refazer o cálculo sobre o IPVA cobrado aqui no Paraná e de repente teve gente até que entendeu que a Assembleia Legislativa, Deputado, foi o que eu senti em mais de um lugar, que aqui a Assembleia estava debatendo projeto para reduzir o imposto de carro de Deputado.

(Término do horário)

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, Sr. Presidente, para clarear bem, é bom reforçar, pelo menos eu não ouvi nenhum debate aqui que tem que reduzir o IPVA de carro ou de caminhonete de Deputado. O que eu entendi é que foi dado um exemplo. O Deputado Antonio Anibelli exibiu para esta Casa, o IPVA dos três últimos anos de sua caminhonete.

Quere dizer, foi a visão que eu tive, Deputada Cida Borghetti, que ele queria mostrar que da mesma maneira que o IPVA dele teve uma alta violenta de cento e tanto por cento, esse mesmo aumento se aplicou a todos os proprietários de veículos de todo Estado do Paraná.

Mas, volto a repetir, pegou muito mal para esta Casa a interpretação equivocada. Eu estive até na CBN, em Londrina, na rádio, e tive que esclarecer que não - foi apenas dado como exemplo. Quer dizer, se alguém aqui é Parlamentar e tem como provar - o imposto subiu - como que não subiu? Então, pego o meu aqui como modelo. Em momento algum foi dito aqui que se deveria abater, diminuir, deixar mais barato o IPVA de Deputado.

Bom, duvido que o DETRAN vá reduzir IPVA. Por que ele vai querer reduzir, reduzir o gordo caixa de dinheiro do DETRAN?

Então, através de simples apelo, através de simples requerimento não vai resolver nada. O povo vai continuar sendo prejudicado. Para quem não entende, os telespectadores da TV MERCOSUL, também da TV SINAL, e só lembrar que o DETRAN calculou o IPVA sobre o seu veículo em cálculo feito em 1º de outubro. Só que de outubro para cá o mundo entrou em crise. Um veículo usado, o veículo seminovo, teve uma queda de mais de 30% do seu valor. Quer dizer, um carro que antes era 30, agora na crise, para vender, o cidadão vai vender por 20, 21, R\$ 22 mil.

Então, o que nós queremos, pegando uma carona nas manifestações aqui sobre o IPVA - ao invés de discurso, ao invés de apelo ao DETRAN - estamos entrando com um projeto hoje. Estamos terminando de elaborar um projeto de lei determinando ao DETRAN, se aprovado pelos nobres Pares, determinando, aprovado esse projeto, já que sentimos aqui que tanto os Parlamentares da Oposição como da base governista entendem que houve um calote, que houve um golpe, que o povo foi enganado e esta Casa foi enganada, que não honraram o compromisso de não aumentar a alíquota do IPVA. Já que esse compromisso não foi honrado, não basta apenas apelo não. Estamos entrando com um projeto.

E desde já queremos até acreditar que o nosso projeto será aprovado. Afinal de contas, tivemos vários Deputados do Governo aqui falando a mesma linguagem, o mesmo discurso. Só que ao invés do discurso, do apelo por requerimento, se nós fazemos leis, temos o poder, temos a faculdade constitucional de fazer leis, ela se enquadra perfeitamente dentro do que diz a Constituição e podemos sim, agora, numa colaboração estreita com todo o povo do Paraná, fazer com que o DETRAN proceda a uma nova avaliação, porque o carro caiu de preço. Que seja feita uma avaliação agora, porque caso contrário, o DETRAN vai faltar terreno para colocar tanto carro que ele vai ter que recolher das nossas rodovias, porque muita gente, não é má-vontade, mas muita gente não terá condições de pagar o IPVA.

Concedo o aparte ao Deputado Edson Strapasson que aliás V. Exa. foi quem levantou esta bandeira, parabéns.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Belinati, quero cumprimentá-lo por mais uma vez trazer à tribuna este debate. Creio que o nosso

requerimento que assim foi feito e aprovado por esta Casa na semana passada, é uma demonstração clara que existe uma decisão desta Assembleia de manter aquilo que foi discutido pelo Governo, ou seja: manter a fórmula e o valor das alíquotas como foi aprovado no ano passado. Tivemos uma interpretação diversa por parte de alguns setores da imprensa, que realmente começou a questionar como se o Governo tivesse alterado a lei, a lápis como se diz ou essa Assembleia tivesse passado batido, Presidente Nelson Justus, em mudança de alíquota, o que não é verdade! Em nenhum momento a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, quando analisou e aprovou o projeto de lei que determina a base de valores e o IPVA para 2009 alterou qualquer alíquota!

Portanto, é evidente que esta interpretação do Governo das Resoluções nºs 291 e 292 do CONTRAN que tem uma visão: essa resolução não veio para definir alíquota não, nem para definir veículos já atualmente cadastrados, ela é uma resolução que foi feita para que os futuros cadastros de veículo dos fabricantes tenham uma nova maneira de classificação. Ora, entendo que isso não vale para os atuais veículos já cadastrados nem poderia a Secretaria de Estado da Fazenda interpretar essa resolução mudando a forma de cobrança em relação aos anos anteriores. Portanto a Assembleia Legislativa não mudou a lei e esse requerimento cabe porque o Governo precisa rever a forma de interpretação dessa resolução, para que possa manter a isonomia da cobrança da alíquota de 1% para todos os veículos que são utilitários e que não são grandes caminhonetes, não como citaram aqui alguns setores da imprensa.

São caminhonetes e eu encontrei, Deputado Belinati, na semana passada quinta-feira em Campina Grande do Sul, um cidadão que estava transportando os seus produtos agropecuários numa Toyota, uma Toyota Hillux sim, mas velha, antiga que vale mais ou menos 20 a R\$ 25 mil e ele recebeu o IPVA no valor de 700 e poucos reais quando no ano passado pagou 350. Então, ninguém aqui está defendendo caminhonete de luxo porque aqueles que tem dinheiro para pagar 150 R\$ 200 mil com certeza não estão comprando utilitários, estão comprando essas famosas caminhonetes e que devem continuar pagando 2,5 sim!

Essa é a nossa contribuição, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado. Então Presidente, aprovamos o requerimento vamos aprovar o projeto agora também. Deputado Anibelli estava dando uma entrevista na hora que eu falei, eu estava defendendo V. Exa. porque teve gente, não sei de má-fé ou cometeu um equívoco, como se V. Exa. estivesse aqui fazendo um projeto de lei para baixar o IPVA da sua caminhonete. V. Exa. estava apenas dando um exemplo, quer dizer se subiu o IPVA da sua caminhonete é porque subiu o IPVA de todos os paranaenses, mas infelizmente houve uma interpretação errônea. Estava defendendo

V. Exa. em veículos de comunicação, porque eu vi perfeitamente a bronca de V. Exa. V. Exa. estava mostrando o IPVA da caminhonete de V. Exa. para confirmar que, de fato, a direção do DETRAN não honrou o compromisso, não com o Antonio Anibelli, não com o Antonio Belinati ou Nelson Justus, não honrou o compromisso com essa Casa ferrando o nosso povo do Paraná com um IPVA muito além do que o povo pode pagar.

Nossa solidariedade a Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Agradeço a V. Exa. e dava a entrevista dizendo que estamos defendendo o interesse da população, que possui as caminhonetes. Citei o meu exemplo porque gosto de mostrar a realidade. Tem um funcionário aqui da nossa Presidência, estou até com o seu IPVA aqui que de 300, R\$ 400 passou para 1 mil e 300. Não é a minha, nem a dele é a nossa do povo do Paraná. E mais eu dizia que no ano passado, se não gostaram do exemplo do boi vai o exemplo da soja: no ano passado eu pagava 14 sacas de soja para emplacar a minha caminhonete, este ano precisa 38! E o preço do produto, onde é que está?

Cento e cinquenta por cento é escorchar, é subtrair da população o sangue daqueles que mais precisam!

Sou um Deputado que consegui tirar do ferry-boat de Guaratuba. A partir do mês que vem, iremos liberar a cobrança dos proprietários que moram em Guaratuba, dos veículos emplacados. Eu e o Deputado Romanelli estamos sendo processados pelos donos das concessionárias de pedágio por nos insurgirmos. Eu sou autor, Deputado Belinati, da isenção do pagamento dos carros com mais de 20 anos. Nós lutamos muito para que as empresas de locação de veículos não fossem embora do Paraná, porque no ano passado queriam aumentar para 2, 2.5%. Nós nos insurgimos também.

Então, temos uma vida de trabalho em favor da população. Agora, se querem nos criticar, que critiquem, mas assumimos em favor da população. Quem necessita deve estar aplaudindo a nossa atuação, Deputado Strapasson, V. Exa., enfim todos aqui. E não temos bancada da caminhonete não, como foi dito na Gazeta do Povo. Quem sabe até ofendendo a Hillux, ou a Toyota, porque sou defensor do carro Toyota, porque defendo a Sulpar, que é da proprietária da Gazeta do Povo. Então quer dizer, será que eu sou puxa-saco da Gazeta do Povo? Ou será que estou defendendo o interesse da proprietária, Dona Ana Amélia. Estou defendendo o automóvel, a concessionária e, principalmente, a população que paga imposto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Anibelli. Eu defendo reduzir o IPVA, não só de caminhonete, mas IPVA 100% de todo tipo de veículo. Veículo usado que, volto a repetir, com essa crise que afetou terrivelmente o mercado de carros usados. Caiu muito o preço no mercado de carros usados. Então, não é justo você pagar um imposto num

montante que o seu veículo não está compatível. Diante da crise caiu o preço do carro, consequentemente o DETRAN deve honrar o compromisso com esta Casa e baixar não só o preço de caminhonete, mas reduzir o IPVA de modo geral, fazer uma nova avaliação para evitar esse sufoco, essa dificuldade que os proprietários de veículos do Paraná vão ter para pagar um IPVA tão caro. Um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Aprovamos aqui, na última Sessão do ano passado, alterações na Lei nº 120/06, a lei que prevê a complementação da aposentadoria dos Deputados.

O Governador Requião - falei com o Governador no Rio Grande do Sul - ele disse que não iria vetar, iria devolver para esta Casa e, posteriormente, aguardar que ele fosse promulgado ou não pelo Presidente da Casa.

Em função disso, Deputada Beti Pavin, encaminhamos ao PT, no sábado, numa reunião que houve do PT, à Presidente Gleisi Hoffmann, alguns questionamentos para que o PT se manifeste, no sentido de ter uma posição pública, independente do que diz ou deixe de dizer este ou aquele, como votou, porque acho que o voto é legítimo e todos têm o direito, aliás mais que direito, obrigação de exercer o seu voto, mas continuamos entendendo que há uma série de contradições nesse projeto que não são, Deputado Rossoni, contemplados pelas alterações que foram feitas. Até porque, olhando no projeto original mais detalhadamente, ele remete a possibilidade de resgatarmos tempo desde 1974.

A pergunta que continuo fazendo é: como iremos fazer para que tenhamos o equilíbrio financeiro, se agora as alterações, inclusive as alterações que foram propostas pela Secretaria da Previdência Complementar, se nessas alterações estão incluídos, Deputado Stephanes Júnior, além dos Deputados, também os funcionários, aqueles que são funcionários efetivos, ou a que eles se equiparam, ou seja, os cargos comissionados.

Não sabemos quantos são os comissionados, não sabemos os comissionados que poderão ter a intenção de aderir ao plano. Não sabemos quais serão os percentuais dos comissionados que porventura venham aderir e ser contemplados no plano. Não sabemos o quanto que a Assembleia terá neste momento ou no momento futuro que fazer o desembolso. Também não sabemos como é que esses valores poderão ser aportados.

Essas dúvidas têm que ser esclarecidas, até porque há ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi promovida aqui pela OAB, a ADIN nº 3948, que questiona uma série de fatores na Lei nº 120, que continuará a existir,

porque o que nós votamos aqui, embora tenhamos votado uma lei ordinária para alterar uma lei complementar, que me parece há uma dúvida com relação a essa possibilidade, mas acho que isso é uma questão jurídica e não uma questão política.

A questão política que fica é: como nós poderemos fazer com que dentro de um prazo, um ano, três anos, esse plano não venha se tornar inviável pelo número de participantes e pelo aporte necessário?

Com os recursos colocados pela Assembleia Legislativa, recursos orçamentários e não recursos inicialmente como a Assembleia Legislativa da Bahia está fazendo, que começa do zero e depois, dentro de um determinado prazo, os seus participantes passam a adquirir direitos de resgatar os valores aportados, continuo entendendo que há um equívoco nesse processo, porque estaremos abrindo a possibilidade de todos os ex-Deputados, de todos aqueles que por aqui passaram e tenham mandatos como Vereadores, de se habilitarem e a Assembleia, em contrapartida, foi isso que entendi da lei, também tem que fazer a sua parte. Ou seja, poderemos ter um, poderemos ter 10, 50, não sabemos quantos são.

Encaminhei a esta Casa, ao Partido dos Trabalhadores, no sábado e estou aguardando uma resposta assim que a Executiva do partido estiver reunida.

Eu havia colocado ao Deputado Durval que a Secretaria de Previdência Complementar não iria registrar a Lei nº 120/06, e continuo tendo o mesmo entendimento. Da forma como foram feitas as alterações, a Secretaria de Previdência Complementar não irá acatar, porque não tem previsão de custos e não há como nós prevermos quanto, quando e como a Assembleia irá aportar esses recursos.

Por isso coloquei nessa carta ao PT, e espero que o PT tenha uma posição pública o mais rápido possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz um ditado que em time que está ganhando não se mexe. Não há dúvidas que muito possivelmente isso se aplica a várias questões do nosso cotidiano. Entre elas as leis.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma lei conhecida por todos nós e que há oito anos vem introduzindo uma nova moral, um novo costume, freando gastos desnecessários, atrelando os gastos dos Poderes Públicos, sejam eles, os Legislativos Estaduais, a União, os Executivos Estaduais e os Municípios incluindo ali as Câmaras Municipais. Esta lei está sobre a iminência de ser flexibilizada, mexida.

O Congresso Nacional acaba de aprovar, primeiro pela Câmara dos Deputados, um projeto de lei de autoria do Governo Federal que permite que a Lei de Responsabilidade Fiscal não seja mais aquela lei temida pelos Governantes. Porque se antes ela atrelava o recebimento dos recursos públicos, contratação de empréstimos, a questão de gastos com folha de pagamento atrelada a receita corrente líquida, hoje, por esse projeto do Governo Federal, ela não exige mais isso. Ou seja, em outras palavras o que estamos vendo é uma flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal e, que vai trazer no meu entendimento um dano seriíssimo ao equilíbrio fiscal no nosso País.

Basta entendermos que esta lei impõe limites, e esses limites fizeram com que o próprio equilíbrio das contas dos Governos, como um todo, fosse o equilíbrio que hoje muitos de nós estamos até surpresos. Para se ter uma idéia do que falo, a Lei de Responsabilidade Fiscal fez com que o déficit fiscal que era maior do que 10% do PIB brasileiro caísse em oito anos para menos de dois. Ou seja, reduziu cinco vezes o déficit fiscal.

Claro que o país melhorou, o PIB também teve um crescimento, mas vimos que através da Lei de Responsabilidade Fiscal houve um início de equilíbrio, houve um novo padrão de comportamento dos Governantes. Hoje não há Prefeito, Governador, não há Presidente de Assembleia Legislativa, não há Presidente do Tribunal de Contas, que ignore que devamos cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal os deveres que temos nessas gestões de instituições públicas como essas.

O Congresso Nacional através da Câmara Federal já aprovou a flexibilização desta lei através de um Projeto de nº 092/08, é um projeto de lei complementar e está agora no Senado para ser votado pelos próprios Senadores.

Diante disso, estou hoje encaminhando requerimento e peço aos nobres Pares que votemos favoravelmente encaminhando requerimento aos três Senadores da bancada do Paraná, para que eles rejeitem, caso venha a Plenário essa flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Acho que é do interesse de todos aqueles, que querem uma gestão pública saudável dos recursos públicos. Caso contrário, ficaremos sempre nessa espada pendendo sobre o pescoço. Terá Copa do Mundo, temos que contrair mais empréstimos, vamos ver o que é que está atrapalhando: é o PAC que está emperrado? Precisamos tomar mais recursos. Mas, as contas não serão aprovadas porque se excedeu o valor atribuído a folha de pagamento diante da receita corrente líquida, então flexibilizamos a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma lei para trazer benefícios tem que ser duradoura. Se cada vez que a conjuntura mudar se mexe em uma lei dessa envergadura, é melhor que não exista a lei, porque caso contrário, ficamos sempre ao sabor da conjuntura.

Claro que os nobres Pares já sabem este assunto, já conhecem com profundidade essas mudanças sugeridas.

Existem mais de 10 mudanças sugeridas na Lei de Responsabilidade Fiscal em projeto que tramita no Congresso. Mas, curiosamente são projetos de lei que afetam mais ainda o rigor da Lei de Responsabilidade Fiscal e não este projeto do Governo que abranda, flexibiliza, machuca e neutraliza a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É por isso que peço aos demais Pares, que possamos votar esse requerimento conjuntamente e que os nossos Senadores de fato façam jus àquilo que nós esperamos deles.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e pessoas que nos acompanham pela televisão.

Sr. Presidente, hoje gostaria de falar um pouco sobre algumas leis. Fala-se tanto em leis neste Poder, leis que são colocadas por nós, os Deputados, leis que são feitas, são aprovadas e infelizmente muitas delas não são cumpridas. Precisamos sofrer muitas vezes, aqui, para aprovarmos uma lei, porque começa com a questão da CCJ, da legalidade da lei. Você vai lá, faz o projeto, é difícil aprovarmos uma lei, e quando você consegue aprovar uma lei, essa lei, depois de passar pelo Plenário, vai à sanção do Governador, e mesmo sendo sancionada, ela não tem valor.

Efetivamente todos os Deputados que estão aqui devem ter leis que foram aprovadas e que não funcionam. A grande maioria! São raras as leis, a não ser aquelas leis que interessam ao Estado, que são colocadas em prática. Temos leis, por exemplo, vou citar algumas aqui e sei que tem muito Deputado que apresenta muitos projetos, e se ele apresenta, às vezes, 30 projetos em um ano, desses 30, no mínimo 20 não passam na CCJ, sendo até mais às vezes, e também tem muito Deputado que faz muito projeto para “jogar para a galera”, para dizer que fez, mas que a CCJ não deixou e a Assembleia não quis aprovar.

É importante também colocar isso aqui. Tem Deputado que, infelizmente, faz isso com a intenção de dizer que fez, mas que sabe que não é legal, como ouvi agora pronunciamentos aqui de Deputados dizendo que não se deveria cobrar IPVA. Aí, acho que não deveria cobrar IPVA, não deveria cobrar IPTU, não deveria cobrar nada, deveria ser tudo de graça. Mas daí como é que iria viver este País? Se o Padre não arrecadar, a Igreja não anda; se o Pastor não arrecadar, a Igreja não anda; se o Governo não arrecadar, não tem salários e não tem recursos!

Então, não dá para ouvir certas coisas aqui, com todo o respeito, porque o velho Aníbal Khury já dizia que na frente do balcãozinho o cidadão faz um discurso atrás do outro, mas quando o cidadão tem que vir para trás do balcãozinho, administrar e ter a responsabilidade, ele começa a pensar duas vezes: “Olha, não podia ter prometido isso, porque vai ser difícil cumprir.”

Dr. Batista, V. Exa. fez muitos projetos, ouvi V. Exa. falando de muitos projetos, sendo inclusive recentemente um das árvores, que cada criança que nascesse teríamos que plantar uma árvore. Eu duvido que tenham plantado uma única árvore no Paraná! É uma baita de uma idéia! E assim são tantos outros projetos aprovados, sancionados e que não funcionam!

Vou dar alguns exemplos dos projetos que fizemos aqui. Em 2004, um que dispunha que os profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de saúde e nos estabelecimentos por eles credenciados, ficam obrigados a prescrever na receita médica, como forma opcional ao paciente, o medicamento genérico em vez do comercial. Alguém já viu essa lei funcionar no Paraná? Não! A maioria dos médicos prescreve o comercial. Ninguém prescreve o genérico, sendo que é uma lei no Paraná, lei aprovada, publicada em 12 de agosto de 2004. Não é cumprida.

Mais uma lei: dispõe sobre a realização de exame de diagnóstico clínico de catarata em todas as crianças que nascem, para ver se a criança vai ter problemas no futuro. Um projeto maravilhoso, faz um exame na criança para ver se vai ter catarata e se pode atendê-la. Lei publicada no Diário Oficial em dezembro de 2004. Alguém viu algum exame de catarata em crianças nos hospitais? Não. Só algumas.

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres no Estado do Paraná, lei de 16 de abril de 2007. Aqueles corpos abandonados que são enterrados de forma estranha às vezes, ou como indigentes, tem uma lei neste Estado que permite que o Instituto Médico Legal do Paraná ceda esses corpos às universidades para fazer pesquisa. Até hoje não foi regulamentada essa lei que obriga o Estado a ter um Conselho Estadual que não custa quase nada pegar os corpos e levar às universidades, que têm dificuldades de conseguir os corpos. Lei de 16 de abril de 2007, não tem Conselho, continua aquela picaretagem que às vezes se vende corpo por aí. Deve continuar. Então é lei e não funciona!

Outra lei importante, aprovada nesta Casa em 04 de outubro de 2006; que destina às mulheres chefes de família que atendam os requisitos, que 20% das unidades de programa de loteamento sociais e de habitação popular sejam da mãe, que é chefe de família, é a mãe que não tem marido, é a mãe sofreda, aquela que foi abandonada pelo marido, é aquela mãe viúva, que tem três ou quatro filhos e não consegue uma casinha da COHAPAR. Esse projeto é lei no Paraná. Eu gostaria de saber: será que está sendo cumprida? Vinte por cento de cada casa feita neste Paraná, a partir do dia 04 de outubro de 2006, será que 20% foi dado àquela mãezinha sozinha, sofreda? Será?

Mais uma lei neste Estado, e finalmente uma lei que gerou polêmica nesta Casa e que foi parar nas barras do Tribunal, uma lei que nasceu nesta Casa, inédita em todo Brasil, e que devido ao lobby das grandes empresas está *sub judice* aqui ao lado, no Tribunal de Justiça, é a lei que determina que as embalagens de latas de cerveja e refrigerante tenham um lacre higiênico. Esta Casa aprovou essa lei aqui em outubro de 2004, depois nós fizemos uma nova lei tirando as garrafas e deixamos somente as latinhas. Foi publicada em 26 de junho de 2007. A partir daquela data nenhuma latinha de cerveja ou refrigerante neste Paraná poderia estar sendo comercializada sem o lacre higiênico. O que aconteceu? As grandes empresas, os Sindicatos Nacionais da Indústria de Cerveja, Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes, Associação Brasileira de Bebidas foram ao Poder Judiciário e contestaram a lei. Primeiro disseram que era inconstitucional, que o Estado, Deputado não poderia fazer essa lei, que era uma lei que só valia para o Estado do Paraná e não para a Federação inteira. Isso foi a julgamento, eles conseguiram uma liminar, essa liminar fez com que a lei não funcionasse até hoje. E agora o Tribunal de Justiça julgou o princípio da lei e diz que não é inconstitucional. Aguarda-se o julgamento do mérito para saber se a lei vai vigorar ou não.

Uma lei que determina que todas as empresas que fabricam refrigerante, cerveja, sucos, tenham que colocar o lacre higiênico. Fico feliz, porque algumas empresas menores estão colocando. Isso nos deixa feliz, porque alguns entenderam. Alguns comerciantes aproveitam para fazer mídia disso, dizendo que essas latinhas com o lacre protegem mais. É verdade! Não adianta dizer que o comerciante limpa, nunca vi um comerciante limpar latinha. Quantas pessoas já morreram, em todo lugar tem rato! Algumas já estão usando. O Grupo Schincariol já está usando. A Colônia está usando. Alguns refrigerantes e marcas de suco já estão usando também.

Agora, os tubarões, os que mais ganham dinheiro, não querem usar. Mas a lei contempla uma multa de 10 mil UFIRs e apreende o carregamento inteiro. Os poderosos, os que têm a maior fatia do mercado, ainda não estão cumprindo a lei. Preferiram fazer uma liminar ao invés de proteger o consumidor. E o Ministério Público, para variar, deu parecer que a lei era inconstitucional. Aí vem o Poder Judiciário e derruba dizendo que não é inconstitucional. Segundo a defesa das companhias é muito caro colocar o lacre. Mas quanto custa uma vida? Deveriam proteger os consumidores, seus clientes, mas não fazem.

Algumas leis que fazemos aqui não são cumpridas. Tem leis boas? Tem. Mas de vez em quando, aparecem algumas maluquices, querer transformar programas em obrigações, sem se lembrar da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todo Governo tem que ter responsabilidade fiscal, senão acaba se incomodando. Algumas leis bem sucedidas, outras engavetadas e outras aguardando parecer do Tribunal de Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; profissionais da imprensa; senhoras e senhores.

Eu pedi para utilizar o Grande Expediente, a segunda parte, agora presidindo a Sessão o Sr. Presidente Jocelito Canto. V. Exa., aqui, falou das leis, agora há pouco. Eu quero falar de um assunto que tenho certeza que todos os Deputados aqui conhecem, se não com profundidade, talvez por não ser da atividade, mas têm conhecimento da realidade por que passa o Estado do Paraná: é sobre a agricultura, a estiagem que há alguns meses atrás afetou a agricultura no Estado do Paraná, em algumas regiões em especial. A região que represento aqui, que é a região de Campo Mourão, está sendo muito prejudicada pela estiagem.

Temos acompanhado pelos dados divulgados pelos órgãos que representam os agricultores e produtos do Estado, e também pela imprensa em geral, a estiagem derrubou as previsões da safra de 2009 em nosso Estado. E quando falo derrubar a previsão, se estivesse tudo normal já seria ruim, se fala na nossa região, em especial, que é uma região agrícola que depende da agricultura para viver, na nossa região temos um ditado: quando a agricultura vai bem, o comércio, a cidade vai bem; quando acontece o contrário, o comércio e a cidade não vão bem.

Estamos em um momento de crise, dificuldade, crise internacional, que afeta o País. E aí mais isso, a crise da agricultura, mais a dificuldade. Estou falando aqui, derrubou as previsões da safra, quer dizer, já é menos dinheiro no bolso dos agricultores, é menos dinheiro no bolso dos trabalhadores, é menos dinheiro no comércio. Isso significa desemprego, dificuldade.

A safra de grãos no Paraná, em 2009, será de 6,6% menor do que a de 2008. Esse é um dos resultados das previsões de safra de 2009 do IBGE e também da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. O estudo aponta para a redução da produção em praticamente todos os Estados do País, influenciada, segundo a CONAB, pela estiagem no Sul, pela falta de crédito aos produtores do Centro-Oeste e pelo baixo preço dos grãos no mercado. A produção de grãos no Paraná, que atingiu 30 milhões de toneladas em 2008, deverá cair para 28 milhões neste ano. Vamos perder 2 milhões de toneladas. Que está falando isso é a CONAB. Essa redução de 6,6% fica acima da média nacional que o IBGE aponta de 5,9%, que no Brasil inteiro, de 145 milhões de toneladas para 137 milhões de toneladas. Logicamente que estou arredondando aqui os números.

A lavoura mais afetada no Paraná é a do milho, da primeira safra, que tem queda de produção prevista de 27,6%, quase 30% de queda na lavoura do milho. Indo de 9 milhões de toneladas para 7 milhões.

A área plantada nessa safra foi reduzida 7,5% em relação ao plantio passado, que foi afetada por uma forte seca, que também afetou a soja. Os produtores da cultura irão colher 5,6% menos que na safra passada, caindo de 11,89 para 11,23 milhões de toneladas de grãos.

O IBGE estima para 2009 uma produção de grãos no País de 137 milhões de toneladas, 5,9% a menos do que a safra do ano passado, que chegou a 145 milhões de toneladas. A previsão para o Paraná, que foi atingido pela falta de chuvas, também é de redução na produção estimada inicialmente. Segundo a CONAB, a produção paranaense de grãos - que atingiu um volume de 30 milhões em 2008 - será de 28 milhões. Como eu disse no início, vamos perder 2 milhões de toneladas.

Vamos falar agora do feijão, que é o carro-chefe no prato do brasileiro, no dia a dia. O feijão também foi afetado pela estiagem. Eu já falei do milho, da soja, mas por ter a área de cultivo aumentada, o feijão acabará tendo aumento de produção este ano, só que também foi afetado, só vai ter aumento de produção porque aumentou a quantidade plantada. Veja só: a estimativa que era de 453 mil toneladas, Deputada Beti, vai ser 22,1% menor na nossa safra de feijão aqui no Paraná.

A cana-de-açúcar, segundo o IBGE, apresentou estimativa da cultura ela não foi atingida pela seca. O volume é maior do que 2008. Então, a cana-de-açúcar, se nós olharmos do ponto de vista que falei do milho, da soja, do feijão, a cana-de-açúcar não foi afetada nesse aspecto. Mas quem é que planta a cana-de-açúcar? Não é o pequeno produtor. Não são as pessoas que têm os pequenos sítios lá nos municípios. São os grandes usineiros, os grandes produtores. Então, esses ainda acabaram sendo beneficiados, até mesmo com a seca.

Diante de tão alarmantes dados, colocamos o levantamento pela imprensa. Fizemos um apanhado de alguns órgãos de imprensa que colocam aqui: "Seca causa perdas para o agricultores de todo o Paraná". Tem o resumo de alguns órgãos de imprensa do Paraná, jornais, revistas, televisão, rádio: "Estiagem derruba previsão da safra". "Seca obriga Municípios a decretarem estado de emergência no Paraná."

Este último é da folha de economia do Jornal da Gazeta do Povo e de outros jornais em que também saiu: "Pedido de decretação de situação de emergência no Paraná já chega a praticamente 20 Municípios". O número exato é de 18. Pedido que já foi feito: São Pedro do Ivaí, Santa Helena, Renascença e Quinta do Sol. Municípios que estão com os documentos preparados para pedir situação de emergência: Xambê, São Tomé, Itaipulândia, Altônia, Bom Jesus do Sul, Japurá, Ponta Grossa, Floresta, Fênix, Missal, Engenheiro Beltrão, Peabiru, Cornélio Procópio e Saudade do Iguaçu. Esses já estão estudando para decretar situação de emergência,

porque quando se decreta situação de emergência tem situações que o município ganha, mas tem situações que o município perde no médio e no longo prazo. Por isso, muitos Prefeitos não decretaram, mas também estão com dificuldades, conforme conversei com lideranças do setor, ainda hoje, na FAEP, levantando informações sobre esse tema.

O que nós Deputados podemos fazer para que possamos, nesta hora tão importante em que os produtores e os municípios - não só os pequenos, vejam aí que falei de Ponta Grossa - precisam de um grande apoio das lideranças? Estamos protocolando, aqui na Casa, um requerimento pedindo a instalação de uma comissão especial para tratar da grave questão da estiagem que assola alguns Municípios paranaenses. Quero agradecer o apoio de diversos Deputados que tivemos oportunidade de conversar. Tenho certeza que a unanimidade dos Deputados aprova isso, mas quero destacar aqueles que já assinaram: Deputados Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Strapasson, Accorsi, Tadeu Veneri, Carlos Simões, Anibelli, Jocelito que preside a Sessão neste momento, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel e Luiz Carlos Martins.

Enfim, tenho certeza que todos os Deputados irão apoiar essa nossa iniciativa e criar essa comissão para que possamos discutir com o Banco do Brasil, que é um órgão importante, a empresa que ajuda no financiamento dos produtores, para discutir com o Governo do Estado, a Secretaria da Agricultura, o que o Governo do Estado pode fazer a mais para ajudar esses Municípios, esses agricultores que estão sofrendo neste momento. O Governo Federal, o que pode fazer a mais para ajudar os Municípios que estão com dificuldade?

É muito comum ajudarmos, como vimos o caso de Santa Catarina com a chuva. O transtorno que causou no Estado. A população e os Governos se mobilizam e ajudaram. Agora, estou falando aqui do Paraná, a seca em especial de Campo Mourão, dos produtores, que estão sendo afetados com prejuízos. Tem casos que o produtor nem fez o financiamento e está tendo um grande prejuízo. Plantou e agora não consegue nem colher.

Então, esse requerimento que protocolamos na Casa hoje é para que a Assembleia Legislativa, o Deputado, tome a iniciativa de reunir grupos, propor Audiências Públicas, discutir com as lideranças, aqueles que têm o poder da caneta, de conseguir aprovar recursos para ajudar esses Municípios. Esse é o nosso objetivo.

Fizemos no ano passado, lembro-me bem, importantes discussões no interior do Estado sobre o tema da minirreforma tributária. Aquele projeto de aumento de redução de imposto que votamos aqui. Agora, é o povo novamente precisando, em especial a agricultura, do apoio dos Deputados para que possamos formar essa comissão de sete Deputados, para que possamos reunir representantes da FAEP, do Governo do Estado, do Governo Federal, do Banco do Brasil, os órgãos que têm relação diretamente com a agricultura. Que num prazo

mais rápido possamos oferecer soluções para esses Municípios que estão decretando estado de emergência em função da agricultura. A agricultura não produzindo, a dificuldade é muito grande.

A crise já está afetando todos os paranaenses. Não é bom falar de crise, temos que motivar as pessoas a acreditarem que o Paraná vai melhorar e está melhorando. Mas, temos que ter a realidade. Para dar um exemplo, em Campo Mourão foram mais de 100 demissões no comércio. E o mês de dezembro é o mês que tem contratações.

Agora estou falando de mais uma outra crise que é a agricultura. A agricultura indo mal, a cidade e o comércio vai mal. É um assunto triste, lamentável, mas temos que tratar dele, senão no mês de março, abril, teremos muita dificuldade.

Por isso é muito importante essa comissão. Deputado Marcelo Rangel, o Município de Ponta Grossa é afetado também. Decretou situação de emergência no campo. Agora, imagine Município pequeno, Quinta do Sol, que depende exclusivamente da agricultura. Lá não tem uma grande indústria. Lá a grande indústria é a somatória de todos os produtores rurais. Fênix é a mesma situação e Engenheiro Beltrão, dos 18 Municípios que decretaram situação de emergência, quatro estão na região de Campo Mourão, quase 30%, ou seja, na região que eu represento aqui.

Então, Srs. Deputados, não me alongando mais, pedir o apoio de V. Exas. para que possamos criar essa comissão e ajudar na solução desses problemas que os nossos agricultores, em especial os pequenos, enfrentam neste momento.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.
Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

No dia 19 de novembro ocupei esta tribuna, onde fizemos um relato com relação aos casos de violência que ocorreram naquele mês no Paraná, os casos de violência envolvendo crianças e adolescentes. Foi um mês terrível e era noticiado em todos os meios de comunicação o caso Raquel.

Naquele momento discutíamos esta situação, e mais do que cobrar elucidação do caso, mais do que cobrar punição exemplar, que até agora não ocorreu, infelizmente até agora não conseguimos chegar ao culpado

daquela situação, nós queríamos uma política que fizesse com que casos como aquele não fossem repetidos no Estado do Paraná.

No dia 19 de novembro estivemos trazendo até esta Casa a Secretária da Criança e da Juventude do Estado do Paraná, a Dra. Thelma, uma pessoa que é um exemplo de dedicação, de trabalho, de dom e de amor pelo que faz.

Sempre que chamamo-la aqui, Deputada Beti, ela não se faz de rogada, vem, discute, conversa, nos ouve, pede sugestões, mostra as coisas que acontecem no Paraná com relação a isto.

E eu subi hoje na tribuna para mostrar a campanha. A campanha desencadeada, e não sei se aquela câmera mostra, ou esta aqui na lateral, que seria excelente, mas para mostrar o material que eles desenvolveram, são chaveiros, cartazes, folders, camisetas que estão sendo usadas no Paraná, numa parceria entre o Governo do Paraná, através da Secretaria da Criança e da Juventude, a rede de proteção que esta Casa também faz parte, a Rede de Proteção contra a Violência, de proteção às crianças e aos adolescentes pela não violência sexual infantil, e o Projeto Viva o Verão.

Então, temos aqui os folders que estão sendo usados, temos os cartazes, as camisetas, os chaveirinhos, mostrando o número do disque denúncia, o ligue 181 ou ligue 100, e várias orientações com relação à denúncia, porque existem diferentes situações que colocam nossas crianças em risco: "Ajude a evitá-las." O folder fala dos cuidados com todas as crianças, e eu me permito, com os minutos que tenho, de mostrar isto para a nossa TV SINAL: ao encontrar uma criança em situações de perigo, ofereça ajuda. Caso identifique que ela está perdida, notifique uma autoridade policial. Se uma criança desaparecer, procure imediatamente a delegacia mais próxima.

Cuidados com seus filhos: oriente seus filhos a não aceitar doces, presentes ou qualquer outros objetos de estranhos, sem o seu consentimento. Saiba quem são os seus vizinhos e amigos de seus filhos na temporada. Lembrem, é o folder usado agora na temporada.

Acompanhem os passeios e as atividades, não deixem as crianças em casa sozinhas, evite desaparecimentos. Ensine aos seus filhos os telefones, endereços e as referências do lugar onde estão hospedados. Deixe com as crianças alguma identificação com o nome dos pais, endereço e telefone. Só autorize seus filhos a brincar em locais públicos com a supervisão de um adulto de sua confiança. Denuncie, ligue 181 ou 100.

Possíveis sinais encontrados em crianças que sofrem violência: hematomas de tonalidades diferentes no corpo. Mudança de comportamento e humor, isolamento, medo e silêncio prolongado, reações agressivas sem causa aparente, atitude erotizada desproporcional à idade. Se uma criança estiver em risco, procure o Conselho Tutelar.

Então, são algumas dicas para que as famílias possam usufruir as férias e ter tranquilidade.

Agora já temos uma reunião marcada para o dia 12, onde discutiremos a política constante de enfrentamento à violência. Estaremos também, nos próximos dias, protocolando algumas solicitações de esclarecimentos, alguns requerimentos com relação às outras Secretarias. Precisamos estar ao lado e ver o que está fazendo a Secretaria da Educação com relação à prevenção. Sabemos exatamente o que faz a Secretaria da Criança e da Juventude; precisamos saber o que faz a Secretaria da Segurança Pública; precisamos saber quantos são e como está a estrutura física das nossas patrulhas escolares. Precisamos desempenhar o nosso papel de Parlamentares, que é o de estar junto ao Poder Público fazendo com que realmente ele funcione com eficiência e eficácia! Precisamos, para que possamos ter assegurado o nosso futuro, vira e mexe pipocam ainda casos de violência e precisamos estar o tempo todo atentos! Mais do que vir aqui nesta Casa, quando acontece um caso toda a imprensa noticia quando o caso chega às últimas consequências, precisamos ter uma política eficiente na prevenção e na manutenção da harmonia da nossa sociedade.

Era isso. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos paranaenses.

Subo hoje à tribuna para falar sobre Segurança, mas principalmente sobre a segunda maior apreensão de drogas realizadas no Brasil. Foi aqui no nosso Estado do Paraná, quatro toneladas de cocaína que foram apreendidas no nosso Estado, no porto de Paranaguá, por policiais paranaenses da Polícia Federal. Esta notícia correu o mundo todo, o carregamento estava avaliado em mais de R\$ 300 milhões e pode ser ainda mais. O problema que os policiais enfrentaram era a urgência em destruir a droga imediatamente, pois estavam correndo risco dentro da delegacia de Paranaguá.

Deputado Stephanes, inclusive gostaria de pedir a sua ajuda, o seu auxílio para que possamos aprovar um projeto de nossa autoria, que prevê a destruição de todo o material entorpecente apreendido pela Polícia, imediatamente, no Estado do Paraná. Em muitas delegacias as drogas ainda estão se acumulando, e isso pode ser muito perigoso: a sociedade ainda pode ver essas drogas voltarem às ruas.

Estou falando do caso da apreensão por uma simples razão: talvez por esquecimento e até por indiferença mesmo, os profissionais, os policiais que fizeram essa apreensão e participaram dessa operação, não tiveram talvez o reconhecimento merecido. Acredito que a valorização profissional e de mérito tem que fazer parte da nossa

cultura também, da cultura brasileira. Em qualquer parte do mundo, do Primeiro Mundo, os policiais ou agentes que executam tarefas como esta recebem reconhecimento da imprensa, reconhecimento das autoridades, são condecorados e recebidos nas suas comunidades como Cidadãos Beneméritos. Nós temos que fazer isso, Sr. Presidente, esses policiais são verdadeiros heróis brasileiros. Eles tiraram de circulação quatro toneladas de drogas que estariam nas ruas desgraçando famílias e levando muitos à morte.

O que precisa ser dito neste momento aqui na Assembleia Legislativa, Deputada Rosane, é que num crime de milhões de reais, milhões de dólares, a apreensão que o Brasil está dando é um bom exemplo, e que esses policiais paranaenses são responsáveis, sérios e acima de tudo incorruptíveis. É importante destacar isso.

Mas infelizmente isso não ocorreu na nossa imprensa, nada foi falado. Talvez se a notícia fosse diferente, se os policiais estivessem envolvidos nesse crime e se tivesse uma repercussão muito maior na imprensa, em todo lugar, seria destacada justamente a fragilidade e a podridão de algumas pessoas, manchando a corporação como um todo.

Por incrível que pareça você enaltecer o serviço de um policial, enaltecer o serviço da Polícia Federal paranaense, para algumas pessoas isso não é correto, porque alguns ainda dizem que isso é dever. Dever do policial apreender drogas, proteger a sociedade, proteger o cidadão, mas é dever da sociedade, Deputado Belinati, também reconhecer o trabalho profissional. Isso é extremamente importante.

Quando se é criança, Deputado Elio Rusch, você aprende as palavrinhas mágicas: com licença; por favor e muito obrigado.

Então, senhoras e senhores, cidadãos paranaenses, como Deputado Estadual, gostaria de dizer muito obrigado aos policiais e, principalmente, ao delegado Sr. Wagner Mesquita Oliveira, pela apreensão das quatro toneladas de entorpecentes. A segunda maior apreensão de drogas acontecida em nosso País. Parabéns pelo trabalho realizado.

Estou encaminhando à Mesa da Assembleia Legislativa uma moção de congratulações, uma moção de aplauso, porque vocês merecem todo o nosso respeito. Tenho certeza que pais de família, mães, neste momento estão vibrando com a atuação desses profissionais.

Com aparte o Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. é um homem justo, dotado de grande inteligência para criticar quando tem que ser criticado, mas também com esta sabedoria e humildade para louvar o grande feito de policiais. Parabéns a V. Exa, parabéns aos policiais que fizeram grande apreensão, porque a droga, até o nome já fala, droga, com tanto nome que poderia se diferenciar, até a escolha já foi infeliz. A droga que destrói o nosso jovem, destrói as famílias, a droga que mata, que causa tanta desgraça no mundo inteiro.

Pois bem, aproveitando para lembrar que a violência está em todos os segmentos, ainda agora o filho do Presidente Lula foi assaltado em São Bernardo. Até por coincidência o carro já foi encontrado. Então, quando estão assaltando até o filho da autoridade maior do nosso País, é possível que isso venha a despertar o Presidente Lula, o Ministro da Justiça, as autoridades que estão em posse de comando na área de Segurança, da necessidade de se garantir segurança para os empresários, agricultores, donas-de-casa, chefes de família, aposentados, crianças de um modo geral.

Aproveito, dentro dessa manifestação de V. Exa. para insistir na tese de que o País que nós moramos, com muito orgulho, e o Paraná, onde temos também o privilégio de habitar, estão tomados por um violência que ultrapassa todos os limites suportáveis por nós paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado. Realmente o senhor está repleto de razão. Aqui no Estado do Paraná a intranquilidade, a sensação de insegurança está aumentando a cada dia mais, estão nos preocupando. Desde o ano passado os Deputados se reuniram, fizeram cobranças ásperas, ácidas ao Secretário da Segurança, Sr. Delazari, e ele nos fez várias promessas. Ele nos prometeu aumento de efetivo imediato e até então nada aconteceu. O Sr. Secretário também falou que iria analisar um soldo melhor, o famoso soldão. Mas ainda ao soldo do PM no Paraná é menor que o salário-mínimo vigente no Brasil. Nós fizemos uma cobrança ao Secretário Delazari sobre as delegacias antitóxico, principalmente aos municípios de passagem de Campo Mourão e Ponta Grossa. Ele falou que iria estudar e que poderia implantar. Até agora absolutamente nada.

Segurança pública é mais do que discurso, é ação. Precisamos de uma ação mais contundente do Sr. Governador Roberto Requião, ligando para o Secretário, que ele chama carinhosamente de Lulinha, Sr. Governador, ligue neste momento para o Sr. Lulinha, seu Secretário Delazari, pedindo mais investimentos, uma ação mais contundente para que os paranaenses possam sentir-se mais tranquilos.

As notícias, infelizmente, não são boas, o nosso efetivo é um dos menores do País. E continuamos as nossas cobranças também pela valorização dos nossos profissionais. Assim como o Dr. Wagner, que recebe neste momento os nossos cumprimentos parlamentares, gostaria que todos os policiais paranaenses recebessem o mesmo tratamento, um tratamento mais digno, de respeito e principalmente de valorização profissional, melhorando seus salários através de uma ação do Governo do Estado do Paraná.

Era isso. Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 009/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Segurança Pública a aquisição de um novo veículo para transporte de cadáveres para o IML, no Município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 010/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e à Sra. Secretária de Estado da Saúde, a criação de um cargo de vigilante na 13ª Regional de Saúde, em Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 011/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de um ônibus escolar para o Município de Bandeirantes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 012/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 013/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Campo Magro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 014/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Guaraqueçaba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 015/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 016/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Jacarezinho. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 017/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Mandirituba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 018/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Palmeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 019/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Pitanga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 020/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 021/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Santo Antônio da Platina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 022/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 023/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Siqueira Campos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 024/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 025/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 026/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Santa Tereza do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 027/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Sengés. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 028/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Tibagi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 029/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o

Município de Tijucas do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 030/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Andirá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 031/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Adrianópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 032/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Antonina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 033/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 034/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 035/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 036/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Cornélio Procopio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 037/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Doutor Ulysses. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 038/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Itambaracá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 039/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Guaratuba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 040/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Lapa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 041/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Matinhos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 042/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Mato Rico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 043/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 044/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Morretes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 045/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 046/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Piraí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 047/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Quatro Barras. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 048/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Pontal do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 049/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Porto Amazonas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 050/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Quitandinha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 051/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Ribeirão Claro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 052/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr.

Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Rio Negro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 053/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Barra do Jacaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 054/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Balsa Nova. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 055/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 056/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Agudos do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 057/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Abatiá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 058/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 059/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Campo do Tenente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 060/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Campina Grande do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 061/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Cambará. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 062/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 063/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Peabirú. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 064/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de São Mateus do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 065/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Castro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 066/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de ônibus escolar para o Município de Cerro Azul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 067/09, de autoria da Deputada Rosane Fereira, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, que seja destinada uma unidade da Biblioteca Cidadã para o Município de Alto Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 068/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que sejam pagos aos funcionários de escola, não estatutários, o adicional noturno e auxílio transporte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 069/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da COHAPAR, a realização de programa de construção de moradias populares no Município de Jardim Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 070/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, que seja observada a alíquota de 1% por cento do IPVA, para caminhoneiros de carga. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 071/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento e da Saúde, a implantação de cinco Unidades de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 072/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, que reveja a suspensão dos convênios de municipalização total da merenda escolar em diversos Municípios paranaenses. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 073/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, uma atenção especial à necessidade de fornecimento de oito ônibus escolares ao Município de Porto Barreiro, através do Programa de Transporte Escolar-PTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 074/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Planejamento e ao Sr. Secretário da Saúde, a liberação de recursos destinados ao Hospital Municipal de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 074, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, justificando ausência em plenário no dia 09/02/09, para o Deputado Duílio Genari, devido a compromisso assumido no Município de Cascavel/PR, na abertura do Show Rural COOPAVEL. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre o descarte e destinação final de pilhas que contenham mercúrio metálico, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham metais pesados no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 052/08, de 14/05/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 519/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Automobilístico - IBDA, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 141/08, de 25/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 524/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública o Origem - Instituto Internacional de Comunicação e Cultura, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 141/08, de 25/11/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, que cria o período de autodenúncia para a localização e qualificação de BHC e demais agrotóxicos proibidos no Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação o projeto na forma do Substitutivo. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques da rede particular de ensino divulgar informações e tabelas nutricionais dos alimentos comercializados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM e CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre a adequação dos guichês de atendimento no Estado do Paraná às pessoas portadoras de deficiência que utilizam cadeiras de roda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização, indicando hospitais nas rodovias estaduais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina o viaduto localizado na BR-277 Km 114 no Município de Campo Largo de Viaduto Odair Lamoglia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Vida Digna e Solidária - INVIDAS, com sede e foro no Município de Piraquara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146/08, de 08/12/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 535/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de utilidade pública o Instituto Vida Digna e Solidária - INVIDAS, com sede e foro no Município de Piraquara, neste Estado.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/02/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de janeiro de 2009. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs.

Deputados, referente ao mês de janeiro de 2009, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/01/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Ribas Carli Filho, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Plauto Miró e Douglas Fabrício.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 013/09

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 013/09, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2009, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

A matéria foi efetuada com o devido empenho e pelo que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da proposição supra mencionada, e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, decide este Relator pela aprovação das mesmas, pois atendem a regulamentação ora em vigor.

Pelo exposto, este Relator conclui pela aprovação da presente proposição.

É o Parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 03/01/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 022, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente de Sessão anterior. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 045, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 047, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, nós encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 048, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

De igual maneira, também encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 146, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 079, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, com apoioamento dos Deputados Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Carlos Simões e demais Deputados, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, entendo que V. Exa. enviará à Comissão Executiva para analisar antes de submeter ao Plenário a Comissão Especial. Mas, ao mesmo tempo em que deverá ser analisado por este Plenário, entendo que esse tema proposto pelo Deputado Douglas Fabrício, que é absolutamente relevante e importante, na minha avaliação, até para o fortalecimento das Comissões Permanentes da Casa, deveria ser tratado pela Comissão de Agricultura. Não sei se o Deputado Douglas Fabrício integra ou não a Comissão de Agricultura, mas poderia até, obviamente, integrar esse esforço e na Comissão de Agricultura tratar do tema. Penso que a Comissão Especial é uma medida extrema, ou seja, deve ser formada quando não há solução em Comissão Permanente.

Então, talvez fosse um caminho, que ele pudesse se integrar ao esforço da Comissão de Agricultura, e a comissão desenvolver os trabalhos que, na minha avaliação, são absolutamente pertinentes à sugestão formulada pelo Deputado Douglas Fabrício. Penso no sentido de fortalecer uma Comissão Permanente, como é a Comissão de Agricultura aqui da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A colocação de V. Exa. é pertinente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Entendo a sugestão do Deputado Romanelli, mas quero reiterar aqui que, como ele mesmo disse, é uma situação realmente extrema e grave. A Comissão

de Agricultura pode, sem dúvida alguma, ajudar muito nesse processo, mas ela já deve ter tantos outros projetos, tantas outras atribuições que estão sendo desenvolvidas e que me parece, que podemos colocar os Deputados que quiserem participar, independente de outras comissões, para fazer realmente um esforço tarefa para ajudarmos nesse questão, porque o momento é agora, a crise de agricultura que os Municípios estão passando é agora, tanto que os Prefeitos estão decretando situação de emergência nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Perfeitamente.

Requerimento nº 077, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 066, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 067, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 071, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 076, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 078, 080, 081 e 082, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 139 e 140, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 144, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 152, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 257, 271, 417 e 436/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 535/08 e do Projeto de Resolução nº 001/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 248 e 489/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Duílio Genari, Francisco Bühner, Nereu Moura e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se ao expediente: Leitura da ata de instalação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto nº 080/08, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 649/07 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 02) Proposição Veto nº 081/08, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 032/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 03) Proposição Veto nº 082/08, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 047/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 04) Proposição Veto nº 084/08, de autoria do Poder Executivo. Veta o Projeto de Lei nº 802/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 535/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

